

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Raphael Marinho de Carvalho

COMUNICAÇÃO DE ENTREGADORES POR APLICATIVO:
Coletividade, valores e ação política no trabalho plataformizado

Belo Horizonte
2024

Raphael Marinho de Carvalho

COMUNICAÇÃO POR ENTREGADORES POR APLICATIVO:

Coletividade, valores e ação política no trabalho plataformizado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito para a obtenção de título de mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Ercio do Carmo Sena Cardoso

Área de concentração: comunicação midiática

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

| | |
|-------|--|
| C331c | <p>Carvalho, Raphael Marinho de</p> <p>Comunicação de entregadores por aplicativo: coletividade, valores e ação política no trabalho plataformizado / Raphael Marinho de Carvalho. Belo Horizonte, 2024.</p> <p>84 f. : il.</p> <p>Orientador: Ercio do Carmo Sena Cardoso</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social</p> <p>1. Entrega de mercadorias. 2. Aplicativos móveis. 3. Trabalhadores. 4. Relação de trabalho. 5. Comunicações digitais. 6. Mídia digital. 7. Instagram (Rede social on-line). 8. Rede social na Internet. I. Cardoso, Ercio do Carmo Sena. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. III. Título.</p> <p>SIB PLIC MINAS</p> <p>CDU: 301.175.1</p> |
|-------|--|

Raphael Marinho de Carvalho

Comunicação de entregadores por aplicativo: Coletividade, valores e ação política no trabalho plataformizado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Prof. Dr. Ercio Sena – PUC Minas (Orientador)

Prof. Dr^a Verônica Soares – PUC Minas (Banca examinadora)

Prof. Dr. Marco Túlio Ulhôa - PUC Minas (Banca examinadora)

Belo Horizonte, MG, 19 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

Tal como o tema proposto aqui nesta pesquisa, a concretização deste trabalho é resultado de uma coletividade. Então, neste espaço gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador, Ercio Sena, que com sua particular doçura e pulso firme, me conduziu ao longo desses anos nesta dissertação e em muitas outras atividades, assim como deve ser a vida acadêmica. Tal como ele, também agradeço ao corpo docente do PPGCOM da PUC Minas, especialmente minha querida Professora e amiga Verônica Soares, que tem se tornado uma companheira de luta e sonhos e ao Professor Márcio Serelle que fez contribuições fundamentais para este trabalho.

Ainda no PPGCOM, gostaria de agradecer aos meus amigos que nas discussões dentro e fora da sala de aula, nos memes nas redes sociais e nos choros coletivos, foram fundamentais para essa dissertação acontecer. Para eles também meus agradecimentos: Adrielle Ferreira, Marcos Tulio, Fabrício Wagner e Laiza Kertscher.

Aos meus familiares, sem os quais nada disso seria possível. Minha tia e minhas primas, Marli, Julia e Luiza, que são meus amores. Aos meus tios Nubia e Eliel, que além de tios são amigos, companheiros, confidentes e parceiros em tudo. Ao meu irmão Rangel, que é meu melhor amigo e a minha prima Brena que veio abrilhantar minha vida com alegria e positividade. E obviamente, ao meu pai, que sempre foi exemplo de homem na minha vida.

Tenho a sorte de ter muitos amigos, mas aqui focarei nos que estavam aqui pertinho de mim e me ajudaram diretamente. A Mariana, que hoje é família, a Larissa que é meu rubi da sorte, a Kellen, que sempre está para ajudar da melhor forma possível, a Milena que apareceu para abrilhantar nosso grupo, ao João e a Natália, que são esperança nesse mundo doido e ao Leonardo e a Tafnes, que são amigos que certamente levarei para a vida inteira. E sem dúvidas para cada um desses, poderia escrever mais de uma página pelos motivos aos quais sou grato por estarem na minha vida.

Por fim, trago o trecho do episódio, de 15 de junho de 2023, do Podcast Mano a mano, do Mano Brown. A entrevistada e a escritora Conceição Evaristo (MANO A MANO, 2023) ao falar sobre o seu processo criativo diz: “o

texto é uma maneira de vingar” o mano Brown completa “é a vingança possível”. Com essa conversa trago o meu maior agradecimento e inspiração. minha mãe. Hoje, ela não está mais aqui, mas ainda se faz presente em cada movimento meu. O trabalho e os estudos, como em todas as casas de pessoas pobres desse país, são armas para se movimentar com dignidade nesse mundo e esses foram temas que sempre estiveram nas pautas na mesa da minha casa. Então para ela que tanto me ensinou sobre essas duas coisas, ao mesmo tempo que teve seus direitos trabalhistas negligenciados até depois da sua partida, agradeço e dedico este trabalho e todos os outros que virão em forma de vingança possível. Obrigado, Raquel Marinho de Carvalho, meu maior e melhor amor.

*O povo tem a força, precisa descobrir
Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui*

(Cidinho; Doca; Malboro, 1994)

RESUMO

Este estudo busca compreender os valores que circulam na comunicação dos entregadores por aplicativo para a mobilização política. Para alcançar esse objetivo traçamos um percurso teórico que abrange as questões da plataformização nas sociedades midiaticizadas, pensando na centralidade da comunicação e na mobilização política desses trabalhadores. A partir da compreensão teórica, traçamos um percurso metodológico com base no que foi notícia durante o movimento #BrequedosApps e os principais perfis de organização do movimento no Instagram.

Palavras-chave: Entregadores por aplicativo; Plataformização; Mídiação; Organização de trabalhadores; Mobilização política.

ABSTRACT

This study aims to understand the values that circulate in the communication of app-based delivery drivers for political mobilization. To achieve this goal, we outline a theoretical path that encompasses issues of platformization in mediated societies, considering the centrality of communication in the political mobilization of these workers. Based on theoretical understanding, we outline a methodological path from what was reported during the #BrequedosApps movement and the main organizing profiles of the movement on Instagram.

Keywords: App-based delivery drivers; Platformization; Mediatization; Worker organization; Political mobilization.

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. MEDIATEZACÃO E TRABALHO | 15 |
| 2.1. As plataformas em uma sociedade mediatizada | 17 |
| 2.2. O trabalho precarizado | 22 |
| 2.3. A centralidade da comunicação no trabalho precarizado | 28 |
| 3. MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES NO CONTEXTO DA MEDIATEZACÃO | 31 |
| 3.1. Desafios da organização de trabalhadores brasileiros | 32 |
| 3.2. Processos de identificação e relações com o trabalho | 37 |
| 3.3. Identidade e valores acionados no contexto plataformizado | 41 |
| 4. “NOIS É POLÍTICO DE RUA”: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DOS ENTREGADORES POR APLICATIVO NO #BREQUEDOSAPP | 47 |
| 4.1. Percurso metodológico | 48 |
| 4.2. Contexto | 54 |
| 4.3. Sensibilização política | 58 |
| 4.4. Solidariedade | 63 |
| 4.5. Justiça | 67 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 71 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 73 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é consequência de uma trajetória que tem seu percurso iniciado em 2017. Naquele ano, passei a frequentar o grupo de pesquisa “Comunicação, política e Amazônia” (Compoa) na Universidade Federal do Pará. Nesse grupo, tive a oportunidade de encontrar um universo de publicações e participar de pesquisas que estabelecem pontes teóricas entre os campos da comunicação e da política. Uma das produções do grupo foi o livro “Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis”, de organização das pesquisadoras Danila Cal e Rosaly Brito (2020). Nele, escrevi, em parcerias com outras pesquisadoras, um capítulo em que analisávamos o conteúdo de uma página no Facebook, que por meio do humor, mostrava desatinos e contravenções legais em anúncios de vagas de emprego. A partir de então, olhar para esse mundo laboral na perspectiva da comunicação tornou-se um campo de interesse.

No ano da publicação do referido livro, enfrentamos a pandemia da Covid-19. Foi em meio a esse cenário de incertezas e caos, que me chamou a atenção a mobilização dos entregadores por aplicativo. Em julho de 2020, esses trabalhadores conseguiram a disputada atenção da mídia para o seu movimento de paralisação nacional, chamada de *#BrequedossApps*. Centenas de trabalhadores-entregadores do IFood, Ubereats, Rappi, dentre outras empresas, conseguiram paralisar suas atividades para lutar por condições melhores de trabalho.

Vale ressaltar, que no contexto da pandemia, em que estabelecimentos comerciais tiveram que suspender o atendimento ao público e a recomendação das organizações de saúde era não sair de casa. O serviço de entregas tornou-se peça fundamental dessa engrenagem. Os estabelecimentos conseguiam manter suas atividades. As pessoas que não podiam sair de casa realizavam suas compras e os entregadores mantinham sua fonte de renda.

Nesse contexto, um personagem ganhava grande repercussão, contribuindo com o debate e liderando a paralisação frente à mídia. Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como Galo, trouxe ao debate, a partir de um discurso midiaticizado, contribuições para as deliberações acerca da

precarização do trabalho plataformizado desses entregadores (SENA; SERELLE, 2023).

Tendo em vista esse movimento, surge então a pergunta: como esses trabalhadores, nesse cenário plataformizado, conseguem estabelecer coletividade e mobilizar uma paralisação nacional, que é tão custosa para outras categorias já consolidadas?

Desse ponto de partida, entrei no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, para tentar compreender esse fenômeno.

Ao longo das aulas e sob orientação, foi possível delimitar o objetivo desta pesquisa, buscando compreender os valores e estratégias comunicacionais de mobilização política adotadas pelos entregadores por aplicativo. Na perspectiva de alcançar quais são as motivações que circulam nas comunicações entre esses trabalhadores, procurando entender as principais plataformas públicas de comunicação que os entregadores por aplicativo utilizam para se organizar e mobilizar politicamente. Além disso, este estudo busca entender como o contexto do trabalho plataformizado, em uma sociedade midiaticizada, contribui para a construção da identidade de uma categoria.

Hoje, no Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, a pedido da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (CALLIL; PIKANÇO, 2023), aproximadamente 1,6 milhão de pessoas estão envolvidas em atividades de transporte de passageiros e entrega por meio de aplicativos como o iFood, 99, Uber e Zé Delivery. Desses, cerca de 385,7 mil atuam como entregadores, desempenhando funções similares aos profissionais do iFood, enquanto o restante, cerca de 1,27 milhão, são motoristas.

Mesmo que não seja uma prática recente, o trabalho mediado por plataformas ganhou grande visibilidade com a chegada da Uber no Brasil no ano de 2014. A proposta de trabalhar sem a presença de um patrão, fazer seus horários e poder conciliar com outras atividades, precisando apenas dispor de uma carteira de habilitação para direção e um veículo, àquela altura, foi atrativo – e algumas vezes até rentável – para muitos brasileiros.

Essa tentadora proposta causou discussões em diversos níveis. Discutiu-se sobre mobilidade urbana (MELLO, 2016) (FERREIRA ET AL. 2017), haja vista que com preços dos aplicativos eram mais acessíveis que os tradicionais táxis, davam mais conforto que o transporte público e facilitam o acesso aos diversos espaços das cidades que outrora não estavam disponíveis para grande parte da população. Suprindo, assim, a demanda de uma longa trajetória de disputas com o poder público nesse sentido. Outra questão levantada, foi a regulação dessa atividade dos motoristas de aplicativo (ESTEVES, 2016) (FARIAS; RACHED, 2016), visto que há grande diferença entre taxas e tributos pagos por motoristas de táxis, que não se aplicavam, e ainda não se aplicam, aos motoristas de aplicativo, tornando a competição desleal entre as duas modalidades de transporte, fazendo com que a implementação da Uber fosse marcada por manifestações de taxistas em todas as cidades que receberam o serviço.

Com toda essa movimentação causada com a chegada desse tipo de aplicativo, foi comum, em um dado momento, as pesquisas acadêmicas marcarem esse fenômeno como uberização. Tendo em vista, que se trata de um modelo – inicialmente de negócios – que é aplicado a diversos outros serviços. Em uma busca rápida em procuradores de aplicativos, como Play Store ou Apple Store, é possível encontrar uma enorme quantidade de oferta de serviços mediados por aplicativos, tais como saúde, onde você encontra médicos, ou bem-estar, onde é possível encontrar massagistas, serviços domésticos e todas as possíveis formas de serviço que estão ou podem estar sendo mediadas por uma plataforma, e por isso, por essa capacidade adaptativa das plataformas, optamos pelo termo plataformização do trabalho (GROMANN, 2020) já que o termo corresponde mais com a abrangência dessa modalidade de prestação de serviços.

Considerando a efervescência dessa nova modalidade de trabalho e as implicações sociais que vêm junto com ela, entendemos que nessas emergências do trabalhado mediado por plataformas está a possibilidade de um laboratório das lutas de classes (GROMANN, 2021), haja vista que existem marcadores sociais que apontam para esse sentido em diversas possibilidades de análises. Em 2013, por exemplo, os trabalhadores da Amazon Mechanical Turk, (IRANI; SILBERMAN, 2013) criaram um plugin de software com a

finalidade de classificarem os empregadores que solicitaram serviços pela plataforma e possibilita, também, que esses trabalhadores estabelecem algum tipo comunicação. Até então, esses trabalhadores, por meio da plataforma Amazon Mechanical Turk, recebiam tarefas de diversos empregadores sem ter informações suficientes para avaliar seus interesses na demanda e, por vezes, ou não eram pagos, ou não recebiam demandas coerentes com os anúncios, gerando insegurança e instabilidade entre os prestadores de serviço.

Nesse cenário de precarizações e incomunicabilidade entre trabalhadores, o neoliberalismo encontra um terreno fértil para o enfraquecimento das coletividades, característica explícita deste modelo econômico como afirmam Dardot e Laval (2016). Nessa equação, as empresas encontram no discurso empreendedor a isca perfeita para cooptar novos entregadores. Vander Casaqui (2015), nos fala da construção simbólica do ser empreendedor a partir dos discursos. Para ele, olhar esses discursos é:

considerar, no sentido do dialogismo bakhtiniano, a forma como texto e contexto se conjugam, e na forma como encenam a interação entre sujeitos, o que implica na afetação mútua. O discurso social, como construção de um mundo, projeta-o como ideal. (CASAQUI,2015, p.46)

Assim como Dardot e Laval, Casaqui nos mostra as características de retroalimentação do discurso empreendedor na manutenção e propagação da cultura neoliberal, visto que a construção de um ideal empreendedor – como já vimos – é vendido diretamente aos entregadores pelas empresas plataformizadas.

Essa possibilidade, vendida aos entregadores como oportunidade de empreender, na verdade, “trata-se do transcender-se e motivar-se por si mesmo a partir de suas próprias métricas, com mecanismos de autocorção e autoculpabilização” (GROHMANN, 2020, p.115) que contribuem diretamente à nova razão descritas por Dardot e Laval (2016), só que agora a partir e/ou mediadas por uma plataforma.

Nesse contexto, nossa intenção, é, portanto, olhar para as materialidades midiáticas produzidas por esses empreendedores a partir do que Casaqui nos aponta como caminho de pesquisa:

Por meio da análise dos discursos sobre o empreendedorismo social, temos acesso ao imaginário que abastece um processo de mudança, na reconfiguração da retórica do capital para novos tempos – para os quais, apesar dos mundos possíveis apresentados em tom eufórico, somente temos incertezas (CASAQUI,2015, p. 54-55)

Para compreender esse fenômeno, nesta dissertação, optamos por, em um primeiro capítulo, discutir sobre o fenômeno da midiática e suas possibilidades aplicadas ao mundo do trabalho. Entendendo os processos de precarização do trabalho e como esse assunto pode ser estudado no âmbito da comunicação.

No segundo capítulo, procuramos compreender como – munidos do arcabouço teórico da comunicação – os trabalhadores se organizam nesse contexto midiático. Para isso, buscamos compreender os desafios da organização dos trabalhadores brasileiros e as distinções desses desafios em contextos plataformizados.

No terceiro capítulo traremos as análises que foram feitas a partir do arcabouço teórico que desenvolvemos. Para atingir os objetivos propostos nesta dissertação, entendemos que o #BrequedosApps foi um marco na luta dos entregadores por aplicativo. Na intenção de compreender o contexto em que aconteceu esse movimento, mapeamos as publicações no jornal de maior circulação online, e a partir dos dados coletados, buscamos as redes digitais – especificamente o Instagram – para coletar as comunicações feitas pelos entregadores antes e durante as mobilizações do #BrequedosApps.

Por fim, nas considerações finais, tratamos de trazer a relação entre as teorias e as análises feitas, pensando em desdobramentos dessa pesquisa e novas perguntas que surgem diante deste rico objeto.

2. MEDIATEZAZÃO E TRABALHO

Não há como pensar na vida em sociedade sem pensar na comunicação. Desde os primórdios da existência humana os indivíduos buscam formas de se conectar, interagir, compartilhar experiências, pensamentos e emoções. O mundo e os diversos ambientes em que os humanos transitam tornam-se palco para o estabelecimento dessas experiências. Sendo assim, não poderíamos deixar de olhar para os ambientes laborais como um desses possíveis palcos. No Brasil, temos uma jornada de trabalho que em média é de oito horas diárias, entre cinco e seis dias por semana e nesse regime de trabalho estão grande parte, senão a maioria dos brasileiros. O que significa que um terço do dia dessas populações está inserida nos ambientes laborais, o que nos faz pensar que esses lugares desempenham importantes espaços para a construção de sociabilidades.

Nesta dissertação, partimos exatamente deste ponto: o ambiente laboral como um lugar de sociabilidade, e olhamos para a sociabilidade como um processo que se dá a partir da centralidade na comunicação e, portanto, da construção de culturas, valores, práticas e ação política. Sendo assim, pensar a centralidade da comunicação na construção da identidade social, é pensar na sociedade em si e em todas as suas produções em um fluxo simultâneo e constante que parte dos discursos expresso nas suas mais diversas possibilidades.

A partir dessa perspectiva, Maria Baccega destaca a natureza fluida e dinâmica dos discursos na sociedade, ressaltando como esses fluxos discursivos constantes “se cruzam, se esbarram, se anulam e se complementam” (BACCEGA, 2007, p.79). Essas dinâmicas discursivas dão origem a uma multiplicidade de vozes e perspectivas, moldando a subjetividade de cada indivíduo e possibilitando a constituição dos agrupamentos humanos de diferentes formas, modos e ambiências.

Na concepção de Baccega, portanto, podemos destacar dois pontos importantes para a compreensão do tema que nos propomos neste trabalho: a comunicação – na perspectiva do discurso – e a sociedade – na perspectiva das relações. Assim, nossa intenção é lançar um olhar para como estas construções se dão aplicadas ao mundo do trabalho, em especial ao trabalho

plataformizado. Essa modalidade de trabalho vem trazendo desafios que perpassam por diversos campos de pesquisa, como no direito que tem se preocupado com as aplicações das diretrizes da Consolidação das Leis do Trabalho na perspectiva das plataformas (OLIVEIRA, 2020), ou no campo da saúde que tem direcionado seus estudos aos problemas, em especial a partir dos marcadores da pandemia da Covid-19, nas condições sanitárias em que os trabalhadores de aplicativo desenvolvem suas atividades (UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020).

Olhar para esses conceitos, segundo Rafael Grohmann, são formas de construções sociais que expressam a realidade de um tempo e, portanto, são importantes marcadores para a compreensão de uma realidade:

Os conceitos funcionam na ciência como zeitgeists teóricos: expressam o espírito do tempo em um determinado campo, que revelam marcas de hegemonias e embates, tanto pela visibilidade de um conceito quanto pela supremacia semântica de como tal termo merece ser consolidado (GROHMANN, 2015, p. 247)

Compreendemos, a partir de Baccega, em consonância com o que é destacado por Grohmann, que as interlocuções entre a comunicação e a sociedade se revelam como fundamentais para compreensão da própria sociedade, e no caso deste estudo, como as relações atravessadas pelos meios de comunicação têm seu impacto na contemporaneidade. Ao analisarmos a constituição dessas relações sociais, somos capazes de compreender como a comunicação constitui nossas interações, percepções e construções de significados e seus efeitos nas esferas individuais e coletivas.

A partir deste ponto, precisamos compreender as transformações que as mídias sofreram ao longo da história. Isso incide em uma percepção alargada do que é mídia, que vai desde as formas mais rudimentares da linguagem, até as tecnologias digitais que estão presentes no nosso cotidiano.

Se entendemos que a comunicação é este meio pelo qual os indivíduos constroem suas sociabilidades, que acontecem constantemente das mais diversas formas, podemos, também, dizer que a onipresença da mídia – e aqui entendemos que a mídia é o meio pelo qual a comunicação se estabelece, seja ela qual for - é fator constituinte dos indivíduos. E sendo assim, em uma relação de via dupla, podemos dizer que as relações de trabalho, também

estão sendo afetadas por essa simbiose que acontece no dia a dia das pessoas em todos os lugares do mundo. E para compreender essas imbricações, recorreremos a construção teórica da mediação a partir da perspectiva das plataformas, que por sua vez explica as construções sociais a partir da relação mútua entre mídia como um resultado da ação humana e ação humana como resultado da ação da mídia, com os novos desafios da plataforma da vida.

2.1. As plataformas em uma sociedade mediada

As pesquisas dedicadas à compreensão do conceito de mediação não são uma novidade no campo da comunicação. Segundo Nick Couldry e Andreas Hepp (2013) o conceito de “mediação” tem origem em tradições antigas e está profundamente ligado à pesquisa em mídia e comunicação nas ciências sociais. Couldry e Hepp, nos mostram que desde Ernst Manheim, que discutiu a mediação das relações humanas diretas na era da mídia de massa, até Jean Baudrillard, que enfatizou a natureza mediada da informação, vários estudiosos exploraram o tema. Jürgen Habermas, por exemplo, segundo eles, examinou a mediação como um subprocesso da colonização do mundo, da vida, abordando meios simbólicos generalizados. Esses exemplos destacam a relevância da mediação na pesquisa social e cultural, embora sua compreensão completa exige uma elaboração teórica mais aprofundada.

Esses são alguns dos exemplos dados por Nick Couldry e Andreas Hepp, que mostram a importância da compreensão da lógica dos meios de comunicação e suas transformações na sociedade. Os autores trazem, a partir de exemplos de grandes conceitos e estudiosos que a comunicação, na figura dos meios, permeia a sociedade e constitui interface com vários campos do conhecimento.

O pesquisador dinamarquês Stig Hjarvard, tem trazido importantes contribuições para o campo da comunicação com seus estudos acerca da mediação. Para a corrente de pensamento institucionalista que compreende a mídia como uma instituição dotada de “lógica”, a contextualização da mídia na percepção das lógicas estruturantes da sociedade, é para ele, um

importante movimento teórico que enquadra a mídia como uma instituição social semi-independente, que faz parte da sociedade, atuando em um sistema codependente de afetações e transformações.

As mídias estão ao mesmo tempo “lá fora” da sociedade, compreendendo uma instituição com força própria, e também está “aqui dentro”, como parte das práticas do mundo vivido na família, no local de trabalho etc (HJARVARD, 2015, 53)

Nesse sentido, é possível perceber que nas últimas décadas a sociedade tem passado por transformações que trazem a mídia cada vez mais para uma centralidade na constituição da sociedade. De certa forma podemos compreender que através dessa corrente “a lógica das mídias” influencia outras instituições sociais. A internet e os dispositivos móveis nos deixam conectados diariamente, com acesso a informações mundiais e com possibilidades de conectividades jamais vistas. Essas possibilidades tornam a compreensão do campo da comunicação mais complexa, visto que a expansão da permeabilidade da mídia, vincula-se cada vez mais em diversos outros campos, como no caso do objeto desta dissertação. Com um dispositivo móvel, conectado à internet e poucos pré-requisitos, temos acesso em pouco tempo a uma fonte de renda. Ou seja, o trabalho e toda a complexidade desse fenômeno social, está a poucos cliques de uma plataforma digital.

A midiatização (HJARVARD, 2014) é um fenômeno que se refere à crescente, constante e mútua influência dos meios de comunicação na sociedade, afetando a forma como as pessoas se comunicam, se relacionam e percebem o mundo ao seu redor. Observando o fenômeno da midiatização partir de uma perspectiva antropológica, podemos compreender que o processo de midiatização possui característica universal em todas as sociedades humanas, desde um primeiro estágio de semiose humana, iniciado a cerca de dois milhões e meio de anos atrás, com a produção de ferramentas de pedra (Véron, 2014). A midiatização é um processo que ocorre ao longo do tempo e que tem consequências importantes para a sociedade, como a aceleração do tempo, agindo de forma radial na sociedade provocando rupturas entre espaço e tempo produzidas pelos dispositivos técnicos.

Em uma outra perspectiva cabe diferenciar os conceitos de mediação e midiatização. Para Braga (2012), os estudos de comunicação, especialmente

na América latina, têm forte influência do conceito de mediação, que “em perspectiva genérica, uma mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes” (BRAGA, 2012, p.32), ou seja, diferentemente do conceito de mediação, a mediação está preocupada com o “impacto da mídia em situações comunicativas específicas situadas no tempo e espaço” (HJAVARD, 2015, p.53).

É importante compreendermos essa virada conceitual no campo da comunicação, para conseguirmos alocar temporalmente o objeto de pesquisa desta dissertação. Ora, se pretendemos olhar para as estratégias comunicacionais dos entregadores por aplicativo, antes de tudo precisamos compreender qual o cenário que esses trabalhadores se encontram inseridos. Apesar de o ofício ser o de entrega com motos, conhecidos antes como *motoboys*, hoje, ao invés de serem contratados por uma empresa, ou estabelecerem um vínculo esporádico com os estabelecimentos, os trabalhadores são cadastrados em um banco de dados e são conectados com outro banco de dados que registra restaurantes, lanchonetes, farmácias, supermercados e diversos outros empreendimentos. A novidade, nesse caso, é justamente a mediação desses sistemas de informação que é realizado por uma empresa – na maioria das vezes estrangeira – que automaticamente, por meio de algoritmos concentra em uma plataforma a gestão desses contatos.

Pensando neste contexto, entendemos com Hjarvard que a “a mediação como suporte teórico pode oferecer um quadro macrosociológico para se investigar, de várias maneiras, como a mídia, a cultura e a sociedade interagem” (2016, p.96), ou seja, podemos entender como essas ferramentas algorítmicas está transformando o mundo do trabalho a partir da sua implementação.

Entretanto para a investigação do objeto empírico desta dissertação, se faz necessário compreender o conceito de plataformas, pois, a lógica do trabalho está diretamente ligada a forma como a mídia age através das plataformas digitais, como é o caso do *Ifood*. Logo, adentrar, no conceito de plataforma digital, se faz necessário, porém, não é uma tarefa fácil, pois, ainda há muitos desentendimentos teóricos que estão emergindo nos diversos campos do conhecimento. Os estudos de plataformas surgem a partir do

campo dos estudos de ciência e tecnologia ou STS (Science and Technology Studies) que buscam evitar compreender a tecnologia como centro e único fator de transformação de uma sociedade (D'Andréa, 2020). Os estudos de plataformas buscam entender o funcionamento das plataformas digitais e como elas “fazem fazer”, ou seja, como elas organizam a vida da sociedade, como essas plataformas são espaços com interesses e não neutros (Winner, 2017).

Partindo do conceito de Poell, Nieborg e Van Dijck, plataformas digitais são:

[...] infraestruturas digitais (re)programáveis que facilitam e moldam interações personalizadas entre usuários finais e complementadores, organizadas por meio de coleta sistemática, processamento algorítmico, monetização e circulação de dados (2020. p. 4)

A partir dessa definição proposta pelos autores, podemos olhar para plataformas como o Ifood, que trazem a proposta de conectar quem quer vender, com quem quer comprar, por intermédio de uma pessoa que precisa trabalhar. Nos deparamos com diversas possibilidades de análises, tendo em vista, que o advento dessa tecnologia transforma nossa forma de comprar, vender e trabalhar.

Carlos D'andrea (2020), traz uma perspectiva de que os estudos sobre plataformas online, assim como os estudos sobre mídias digitais, estão no foco da pesquisa, abordando a complexidade desses artefatos tecnológicos. Muito facilmente associados a conceitos como "cultura da participação" e "inteligência coletiva" que nascem com as promessas da Web 2.0. Hoje tais artefatos são afetados por outras preocupações como a ascensão das Big Five¹, como por exemplo, influências em processos eleitorais, disseminação de notícias falsas e concentração e venda indevida de dados dos usuários. Os Estudos de Plataforma surgem como uma abordagem crítica, explorando as dimensões tecnopolíticas das mídias sociais e outras plataformas, como saúde, transporte e educação, quase todos – senão todos – atravessados por trabalhadores precarizados.

Na perspectiva dos Estudos de Plataforma – e dos campos teóricos que os subsidiam –, as plataformas não são meras intermediárias em que a sociedade se faz visível e a partir das quais interações sociais

¹ As big five – por vezes podem ser tratadas como Big techs ou Tech Giants - são as cinco principais empresas de tecnologia que exercem domínio no mercado de tecnologia e inovação. São elas: Apple, o Google, a Amazon, a Microsoft e a Meta.

podem ser estudadas, mas sim ambientes que condicionam a emergência de um social (D'ANDREA, 2020, p.18)

Para entender as emergências oriundas dessas plataformas como ambiente em construção, é necessário pensar as plataformas além da perspectiva estrutural. Van Dijck traz a proposta da compreensão delas em um contexto social. Analisar essas estruturas, portanto, é percebê-las a partir de um ecossistema que vai além dos usuários e dos proprietários.

Ao examinar criticamente a história das plataformas e o ecossistema por meio do qual evoluem, precisamos criar um instrumento anatômico funcional, um prisma analítico multicamadas que nos permita enxergar mais do que apenas uma plataforma tecnológica implantada por usuários e administrada por proprietários (VAN DIJCK, 2013, p. 23).

Van Dijck nos traz a importante contribuição de que ao analisarmos as plataformas, devemos olhar para as diversas relações existentes nas interlocuções do ecossistema que envolve empresas, tecnologias e usuários. Mas como podemos olhar para as plataformas a partir da mediação? Alguns pesquisadores nos trazem pistas de como olhar para esses fenômenos importantes para, assim, compreender nosso objetivo. André Mintz, nos fala que a concepção descrita por Van Dijck:

Indica uma tendência de ampliação do escopo de atuação das plataformas, descreve um fenômeno convergente à mediação, compreendida enquanto processo ou meta-processo de moldagem ou referência do social pela mídia (MINTZ, 2019, p. 99).

Essa hipótese traçada por Mintz, nos coloca com a necessidade de compreender que a internet, como esse espaço, que ao longo da sua recente história, teve importantes transformações. A primeira fase, com sites estáticos como repositórios e difusores de informações, mas sem a característica da interação. Nesta fase, muitos entusiastas já identificavam o potencial global de democratização da informação, mas é com o surgimento da Web 2.0, que a tecnologia permite a interatividade e colaboração entre os usuários, gerando uma nova onda de entusiasmo em torno da internet, que agora permitia a interação, o debate e a interlocução sem fronteiras.

Há, ao longo dos anos desse desenvolvimento, entre críticos e entusiastas, uma infinita gama de pesquisas que apontam as possibilidades da internet e suas influências na sociedade que a constroi e dos modos de usos de suas estruturas. Pesquisadores como Pierre Lévy com o livro *Cibercultura* (2009), trouxe contribuições para a compreensão das tecnologias digitais de comunicação para a construção de uma inteligência coletiva, a partir da virtualização do conhecimento e das expressões sociais nessa – então – nova ambiência midiática. Da mesma forma, Manuel Castells, no livro *Sociedade em rede* (2005), já apontava as mudanças que viriam a partir da criação de um aporte tecnológico que interliga pessoas além das fronteiras espaciais e culturais.

Hoje, muito além da conectividade, a sociedade em disputa com as tecnologias traça novos caminhos. A internet e as tecnologias, com a presença das plataformas, ganham novas nuances. Desta forma, é possível perceber que, com o que vem sendo chamado de Web 3.0, agora o desafio é compreender os aperfeiçoamentos que a tecnologia tem ganhado, no sentido da construção de uma inteligência artificial, que parte do aprendizado de máquinas para a solução de problemas.

Nesse contexto, podemos enquadrar, desde as redes digitais de sociabilidade que entregam conteúdos com base nos dados que voluntariamente entregamos para elas, até os aplicativos que com base no registro de empresas, entregadores e consumidores é capaz de gerenciar toda uma cadeia de prestação de serviços. Dentre as diversas questões que podemos levantar acerca dessa capacidade que a tecnologia proporcionou – a partir das demandas da sociedade – está a de que, ainda, é um código construído a partir de um ser humano, que pode estar em qualquer lugar do mundo, com qualquer viés político, social e cultural.

Portanto, olhar para as plataformas e para a plataformização das redes, a partir da chave teórica da mediatização é importante para a compreensão de como, no caso deste estudo, uma ferramenta digital está transformando o trabalho, visto que vai muito além dos entregadores por aplicativo.

Hoje, em uma pesquisa rápida nos buscadores de aplicativos de qualquer celular no mundo, podemos encontrar ofertas de entregadores,

médicos, empregadas domésticas, animadores de festa e uma infinidade de outras profissões que estão a distância de poucos cliques, sem qualquer regulação, proteção e com uma vasta oferta.

2.2. O trabalho precarizado

O trabalho, como já sinalizado anteriormente, é uma questão fundamental para o homem em sociedade. É uma área em constante disputa. De um lado temos as empresas – os empregadores - que procuram maximizar seus lucros, por outro lado, temos a classe trabalhadora que por sua vez, produz e tem diversas demandas. Ao longo da história, podemos perceber que suas demandas variam, desde a regulação da jornada de trabalho até o reconhecimento da sua participação na cadeia produtiva como fundamental para geração de riqueza. Sem o trabalhador não há lucro.

Esse espaço, como todos os processos culturais, teve conquistas e perdas. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conjunto de normas que regulamenta as relações de trabalho no Brasil, foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943 (BRASIL,1943), durante o governo do então presidente Getúlio Vargas. A CLT surgiu com o objetivo de unificar e sistematizar a legislação trabalhista, que até então era fragmentada e espalhada por diversas leis, decretos e regulamentos.

A criação da CLT (CAMPOS, 2015) foi marcada por um cenário de lutas e mobilizações dos trabalhadores brasileiros. Na década de 1930, o Brasil passava por um período acelerado de industrialização e urbanização, com o crescimento das cidades e da classe trabalhadora. No entanto, as condições de trabalho eram precárias, os salários baixos e os direitos dos trabalhadores, frequentemente, eram desrespeitados pelos empregadores.

Em resposta às pressões e demandas dos trabalhadores, o governo Vargas, que estava em um contexto de consolidação do poder durante o Estado Novo (1937-1945), criou a CLT. A legislação estabelecia direitos e deveres tanto para empregadores quanto para empregados, abordando questões como jornada de trabalho, férias, repouso semanal remunerado, salário-mínimo, proteção ao trabalho da mulher e do menor, entre outros aspectos.

A CLT representou um marco importante na história do direito do trabalho no Brasil, pois trouxe maior segurança jurídica para as relações trabalhistas, garantindo direitos básicos e normatizando o mundo do trabalho. Ao longo dos anos, a legislação sofreu alterações e atualizações para acompanhar as mudanças sociais e econômicas do país.

Sendo uma lei promulgada em 1943, naturalmente já passou por algumas reformulações. Em 2017, foi a sua grande e última mudança, entre as alterações, estava a regulação do teletrabalho, flexibilização das horas de trabalho e a terceirização de atividades-fim. Essas mudanças foram amplamente questionadas pelos movimentos sociais, mas duas delas impactaram diretamente o trabalhador em sistemas coletivos de trabalho. Chahad (2018) mostra que a partir da reformulação da legislação trabalhista, a contribuição sindical passou a ser facultativa, o que impacta diretamente na manutenção da força sindical, também os acordos coletivos se sobrepõem às legislações, o que significa dizer que há uma abertura direta para negociações entre patrões e funcionários.

Essas alterações são resultado de um longo histórico de precarização do trabalho no Brasil e no mundo. Como abordado anteriormente, o trabalho visto a partir de uma perspectiva cultural, encontra-se no centro de diversas disputas. Entre a defesa do trabalhador, enquanto classe e as estratégias de manutenção e ampliação do lucro das empresas, há uma infinidade de tensões. Recorrentemente, há a criação de leis como a CLT que nascem com proposta de defesa da classe trabalhadora e são grandes marcos nessa luta. Mesmo sendo resultados de grandes conquistas e lutas de muitos trabalhadores, essas leis, definitivamente, não são pontos finais para a proteção dos trabalhadores.

Há, de um lado, a necessidade de reformas, visto que a sociedade sempre promove novos desafios regulatórios. O mundo muda e é necessária a atualização e/ou reformulação das leis. Por outro lado, há de se compreender que a regulação e proteção do trabalhador é vista como um fator que incide diretamente no lucro das empresas. A definição da jornada de trabalho, salário-mínimo e outros direitos conquistados desde a implementação da CLT são para os setores empresariais engodos que reduzem a capacidade de geração de empregos. Na contramão dos direitos trabalhistas as empresas, por

sua vez, buscam alternativas que visam maximizar os lucros, por vezes, com a criação de *lobbies* políticos para a alteração da lei com a criação de outras possibilidades de empregabilidade, criando um cenário de precarização do trabalho.

Para Ricardo Antunes (2018), a precarização do trabalho é um processo no qual as condições de trabalho são cada vez mais intensificadas, levando à informalidade e à desconsideração dos direitos e regulamentações sociais protetoras do trabalho. Isso pode incluir formas diversas de trabalho terceirizado², *part-time*³, desprovidas de direitos ou "pejotizadas"⁴falsas cooperativas, apelo ao voluntariado e incentivo ao empreendedorismo. A precarização do trabalho é um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital e uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural.

Das condições de empregabilidade possíveis, mesmo com todas as reformas que a CLT sofreu, ainda há algumas assistências disponíveis aos trabalhadores, tais como o acesso ao sistema previdenciário, seguro-desemprego, assistência médica e algumas outras garantias que são direitos conquistados.

Em paralelo a estas disputas, como mostra Antunes (2018), o incentivo ao empreendedorismo vem se mostrando como um grande aliado na precarização do trabalho.

Vivemos em um tempo em que os discursos sobre empreendedorismo, economia criativa, nova economia, "capitalismo artista", entre outras denominações, emergem como sinais de uma espécie de nova era, de um capitalismo de "propósitos", que alia a busca do lucro com a felicidade, com a realização dos sonhos, com a ética da "gente de bem", com um ambiente de criatividade generalizada e supostamente democrática. Um ambiente idealizado em que todos inspiram e são inspirados; em que a economia, as práticas sociais, a comunicação, tudo se alisa, se dinamiza e se acelera, em fluxos promovidos pelos contatos entre iguais, entre pessoas em plena sintonia e que partilham os mesmos objetivos, os

² Trabalho terceirizado é a contratação de uma empresa para realização de uma ou mais serviços específicos por uma outra empresa. Ou seja, nessa modalidade o trabalhador não tem vínculo direto no local onde exerce o trabalho e responde a um terceiro.

³ Nessa modalidade de trabalho, o trabalhador não atua dentro das horas completas de trabalho, que no caso do Brasil, são as 8 horas normais.

⁴ O trabalho "pejotizado" refere-se ao trabalhador é contratado a partir do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou seja, a empresa o contrata para um serviço e ele não possui vínculo empregatício algum, já que o serviço é prestado de empresa para empresa.

mesmos modos de ser e de perceber o mundo. (CASAQUI, 2018, p.63)

Vander Casaqui, nos mostra aqui, que há um discurso que transcende os limites da legislação, visto que a construção de um imperativo do empreender é tido na sociedade como um ideal. Empresas como o Ifood, utilizam desse recurso discursivo a todo momento para conquistar novos “parceiros”. A possibilidade de trabalhar sem patrões, sem horários fixos e com a possibilidade de definir sua renda é a isca perfeita para cooptar grande parte dos trabalhadores que estão no desemprego.

O avanço do capitalismo promove o aumento do desemprego como peça fundamental para manutenção do lucro, chegando ao ponto que mais vale estar num emprego precarizado, do que no desemprego (Antunes, 2018). Nesse contexto, segundo o IBGE ⁵, o número de brasileiros desempregados chegou a 8,3 milhões no terceiro trimestre, enquanto o número de entregadores, segundo a Ifood⁶, chega a 200 mil entregadores em mais de 1.700 cidades ao redor do Brasil. Esses dados nos colocam num paradoxo importante, pois, por um lado, temos muitas pessoas desempregadas que precisam de dinheiro e, de outro lado, temos todas as pessoas que passaram a depender do sistema de entregas.

Dantas (2017) (2014), nos mostra que há uma intensificação do uso da internet e dos aplicativos e como isso vem sendo uma grande frente de investimento do capital, tanto no uso quanto como meio de trabalho. É possível encontrar um aplicativo para quase todas as necessidades humanas, da comida com Ifood e outras empresas, até relacionamentos como o Tinder, organização de finanças, religiosidade e diversas outras possibilidades em que nossa vida está a poucos cliques de uma plataforma, sujeita a mediação de um algoritmo desenvolvido por outro país, que não o usuário.

Se, até alguns anos atrás, ainda se visualizava essa emergente tecnologia como um novo espaço aberto para a construção de uma democrática esfera pública cidadã, hoje em dia já não deveria mais haver dúvidas de que a internet tornou-se mesmo, acima de tudo, uma grande praça de mercado (ou "marketplace" como se pode ler

⁵ Informação retirada do site do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

⁶ Informações retiradas do site oficial da Ifood. Disponível em: <https://institucional.ifood.com.br/entregadores/moto-bike-ou-carro/#:~:text=Hoje%2C%20existem%20mais%20de%20200,em%201.700%20cidades%20pelo%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 05 de jan. 2024.

em diversos relatórios e estudos político-econômicos internacionais sobre a sua recente evolução), com os problemas ou soluções daí decorrentes. (DANTAS, 2017, p.1)

Dantas, portanto, traz à luz como a internet tornou-se esse lugar, que outrora era visto com a possibilidade de aperfeiçoamento da democracia, para ser a “praça de mercado”, dominada por grandes empresas, que por sua vez gerenciam indiscriminadamente nossas vidas.

Obviamente, o interesse no negócio não está nos seus ativos físicos (computadores, cabos, prédios). O interesse, como sabemos, reside nas redes de relações que aqueles ativos físicos permitem estabelecer entre as pessoas que fazem uso do serviço, um serviço, aliás, quase sempre gratuito. Se as pessoas que o utilizam não pagam, num aparente desmentido do aforismo segundo o qual “não existe almoço grátis”, de onde virá o lucro que justifica o investimento de bilhões de dólares? Quem paga o almoço? (DANTAS, 2014, p.87)

A manifestação do interesse dessas empresas, portanto, como nos mostra Dantas (2014), não está na sua estrutura física, mas sim nas possibilidades comunicativas que se estabelecem a partir do uso dessas ferramentas.

Desta mesma forma Srnieck (2017), traz em seu livro “capitalismo de plataforma”, uma série de apontamentos que se constroem a partir do argumento do uso das tecnologias da comunicação para a manutenção do capital. Para ele, os dados gerados na comunicação digital – levando em consideração a sociedade midiaticizada – precisa de uma grande movimentação de capital, visto que há necessidade de grandes armazenamentos, consumo de energia e mão de obra, cada vez mais imaterial e efêmera. A concepção de Srnieck traz ao debate a importante colaboração ao enquadrar as plataformas como empresas, ou seja, são dotadas de interesses.

Plataformas têm um papel crucial na governança dos mercados, definindo regras de interação e distribuição de valor em seus ecossistemas. Sua arquitetura centralizada, combinada com efeitos de rede, permite um crescimento rápido e expansão global. Essas características fazem das plataformas modelos de negócios essenciais para a extração e controle de dados, ocupando uma posição única no cenário empresarial. (SRNIECK, 2017, p. 32)

Essa construção de dados, de alguma forma tem pautado grandes investimentos ao redor do mundo e estabelecendo mudanças em diversos níveis. Seja nos desafios jurídicos que extrapolam as fronteiras dos países,

seja nas relações de trabalho e no desenvolvimento da cultura como um todo, já que os dados – como trata Srnieck – estão presentes em todos os âmbitos da vida em sociedade.

No mundo do trabalho, podemos perceber essas modificações desde a onipresença dos aplicativos de troca de mensagens instantâneas, como *Whatsapp* e *Telegram*, até plataformas mais sofisticadas como *Microsoft Teams*, que gerencia tarefas, estabelece planos de trabalho e monitora desempenho. As possibilidades extrapolam a mera condição de ferramenta de trabalho, para o papel de gerenciamento de rotinas laborais. Isso tudo, no âmbito do trabalho, numa perspectiva mais geral, no entanto, quando olhamos para os aplicativos de mobilidade urbana, como a Uber, ou para os de entrega, como Ifood, nos deparamos com realidades mais complexas, visto que não há sequer vínculos formais entre as empresas envolvidas e os trabalhadores.

Desta forma, como já tratamos no tópico anterior, os processos de mediação e plataforma estão em pleno funcionamento em um entrelaçamento mútuo e indissociável na construção da cultura. Desta forma, podemos perceber a transformação do mundo do trabalho e toda sua complexidade.

É a partir de sites, aplicativos e dispositivos móveis, que hoje milhares de pessoas ao redor do mundo conseguem renda para seu sustento, firmando um pacto laboral sem as prerrogativas legais de proteção dos direitos, visto que a novidade desburocratizada está presente em aplicativos de todas as espécies. Seja no transporte de pessoas, seja na entrega de comida, seja na contratação de serviços de limpeza, estudos e até na religiosidade.

2.3. A centralidade da comunicação no trabalho precarizado

A partir do que até aqui já foi abordado, ou seja, considerando que a comunicação e a sociedade estão em uma inter-relação de forças, que extrapola os diversos campos da sociedade. Como a comunicação, neste contexto mediado e platformizado, está presente nas relações de trabalho?

Entendemos, como em Fígaro (2008a), que a comunicação e o trabalho são grandezas indissociáveis no sistema capitalista. A autora, chama esse encontro como “Binômio comunicação e trabalho”. Para a autora, essas

duas forças são atividades humanas intrinsecamente ligadas. A comunicação, como atividade inerente ao ser humano, permeia de forma intrínseca o ambiente de trabalho, estando entrelaçada à sua história. Essa interação é de suma importância, pois a comunicação desempenha um papel fundamental tanto na execução das tarefas laborais quanto na moldagem das subjetividades dos indivíduos dentro de contextos profissionais. Por sua vez, o trabalho, que envolve a produção de bens e serviços, depende crucialmente da transmissão e orientação de técnicas e processos por meio da comunicação. Desse modo, a relação entre comunicação e trabalho estabelece uma interdependência inegável entre essas duas atividades humanas, reforçando a sua essencialidade para o funcionamento harmonioso do ambiente de trabalho e o desenvolvimento pleno dos indivíduos envolvidos.

Comunicação e trabalho como binômio possibilita estudos principalmente em dois eixos ou programas de pesquisa: a) com o objetivo de melhor conhecer a atividade de trabalho, portanto, o mundo do trabalho; e b) melhor entender as relações de comunicação, o processo de comunicação, os sujeitos (corpo-si) da comunicação. (FIGARO, 2008b, p.24)

De igual forma, Raymond Williams (2012), trata os meios de comunicação como fundamentais para a sustentação do trabalho e conseqüentemente ao funcionamento do sistema econômico, já que as transformações culturais estão de toda forma ligadas aos modelos econômicos e conseqüentemente aos processos midiáticos resultantes das construções culturais. Raymond Williams acredita que os sistemas de valores e cultura estabelecidos a partir das transformações advindas do capitalismo precisam ser combatidos e esse combate viria de uma revolução sistemática por meio da luta e da ação dos trabalhadores.

Esse é um processo cultural que chamei “a longa revolução” e, ao chamá-lo assim, quis dizer que era uma luta verdadeira, a qual era parte das indispensáveis batalhas da democracia e da vitória econômica para a classe trabalhadora organizada. As pessoas mudam, é verdade, na luta e na ação (WILLIAMS, 2015, p.113)

Aqui, Williams nos aponta a importância das conexões entre as instituições econômicas, políticas, culturais e educacionais para a transformação da sociedade – a partir de conceitos Marxistas. Destacamos essa concepção trazida pelo autor, pois compreendemos que há, por meio da

luta e da ação no campo do trabalho, a possibilidade de transmutações culturais. E, quando nos deparamos com a realidade dos entregadores por aplicativo, como um expoente dessa modalidade de trabalho, e as mobilizações e ações que acontecem frequentemente, percebemos que esses movimentos realizados espontaneamente por esses trabalhadores constroem uma cultura.

Nessa mesma linha de raciocínio, Srnicek (2018), nos fala sobre o que ela chama de capitalismo de plataforma, onde a construção do capital, a partir das demandas dos ambientes plataformizado são o ambiente em que o capitalismo está se desenvolvendo. Por sua vez, Dantas (2017; 2020) mostra o quanto o sistema capitalista está dependente das construções digitais, desde a produção até a sua distribuição e consumo, visto que os sistemas econômicos estão diretamente ligados aos modelos plataformizados.

Uma das características importantes dessa construção, como destacam Dardot e Laval (2016), que reforçam o que já vimos até agora, é que não há sistema econômico dissociado de um sistema cultural. E, como consequência disso, eles destacam a dissipação das coletividades. No mundo do trabalho, especificamente no contexto dessa dissertação, essa perspectiva é visível na lógica em que os aplicativos desenvolvem suas atividades. O trabalhador faz o *download* de um aplicativo, inicia seu trabalho imediatamente e não estabelece contato com nenhum outro entregador.

Da mesma forma que essas coletividades, fundamentais como nos mostra Figaro, são enfraquecidas sistematicamente ao longo do desenvolver deste capitalismo de plataformas como descreve Srnicek.

Por isso, não poderíamos deixar de compreender que as mudanças nas tecnologias da comunicação afetam diretamente o trabalho e são afetadas por ela, numa configuração de retroalimentação. Desde o surgimento da internet até hoje, quando temos aplicativos para quase tudo, vemos as tecnologias sendo cada vez mais moldadas para este sistema.

E esse modelo não está restrito ao trabalhador diretamente ligado à uma plataforma, o *WhatsApp*, por exemplo, é meio de trabalho para muitas pessoas. Durante a pandemia as conferências online em plataformas como o *Google Meet*, *Zoom* e várias outras passaram a estar presentes no cotidiano da grande maioria dos trabalhadores.

São essas ferramentas que estão presentes em todos os ambientes de trabalho e, conseqüentemente, transformam as realidades laborais. Assim, para além das ferramentas comunicacionais usadas nos ambientes tradicionais de trabalho, temos um novo desafio, já que temos empresas como a Amazon, Ifood, Uber e tantas outras plataformas que estão se construindo como novas formas de gestão, controle e organização do trabalho. Bem como as ferramentas digitais se transformam e constituem outras formas de sociabilidade nos ambientes laborais.

3. MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES NO CONTEXTO DA MUDIATIZAÇÃO

O movimento organizado de trabalhadores remonta a história do próprio capitalismo e as revoluções industriais. Ao longo da história, trabalhadores em busca de melhores condições sempre encontraram formas de unir forças e se mobilizarem em favor de uma causa, seja por manifestos, por greves, motins e outras formas de mobilização.

Nesse sentido, a comunicação e os processos culturais que se originam nesse espectro da realidade são indissociáveis. Jornais, transmissões radiofônicas, panfletos, as movimentações nas fábricas e mais recentemente a internet e as reformulações dos meios de comunicação sempre estiveram presentes na constituição dessas mobilizações. A ação política e as manifestações são impensáveis sem as estratégias de comunicação.

Osvaldo Coggiola (2010), nos mostra, a partir de uma perspectiva histórica, alguns exemplos dos primórdios da organização de trabalhadores. Em Paris, em 1724, por exemplo, operários chapeleiros declararam greve em resposta a uma redução injustificada dos seus salários. Nesse movimento, criaram uma “caixa de greve” para financiar suas ações do grupo de trabalhadores.

Outro exemplo, ainda no século XIII, é na Inglaterra e cidades vizinhas, em que operários de diversos setores declararam greve e com o apoio de “John Wilkes que começou sua carreira política atacando desde seu jornal, o *North Briton*, o Rei Jorge III, transformando-se no paladino das liberdades civis fundamentais” (COGGIOLA, 2010, p. 11).

Esses dois exemplos, dados por Coggiola, nos mostram que a reação dos trabalhadores diante de negação, retração ou alguma inconformidade relacionada aos seus direitos laborais sempre esteve presente. Apresentando algumas características incomuns, tais como a criação de fundos monetários para a manutenção das greves e, conseqüentemente, a criação de instituições, além do caráter de efeito cascata dessas mobilizações. De fábrica, para fábrica, de cidade para cidade, de país para país, as mobilizações ganham força e extrapolam suas causas iniciais.

Um fato importante a ser destacado aqui é que essas primeiras manifestações condizem com o que Thomas Humphrey Marshall, sociólogo britânico do início do século XX, descreve como o primeiro movimento que serviu de base para a construção do conceito de cidadania. Para Marshall (1967), o cenário das revoluções do século XVIII foi o palco da construção e consolidação dos direitos civis, na Inglaterra. Marshall, depois descreve que, ao longo dos outros dois séculos seguintes, os movimentos da sociedade impulsionaram para o desenvolvimento dos direitos políticos e sociais, e a somatória desses conjuntos de direitos desenvolveria o que entendemos como cidadania. Vale ressaltar que esse processo é descrito por Marshall a partir de uma perspectiva sociológica, ou seja, para o autor os direitos civis estão ligados aos direitos voltados à garantia da vida em sociedade, os direitos políticos ao acesso às dimensões do poder, e os direitos sociais à garantia da participação da riqueza coletiva.

Sabendo que essa é uma perspectiva pragmática de um processo histórico amplo e não condiz necessariamente com a construção desses conceitos no Brasil ou em outros países colonizados. Essa construção teórica e histórica de Marshall, nos mostra como o processo da construção dos direitos básicos de uma sociedade civil está relacionado ao trabalho e a luta por direitos a partir da mobilização organizada dos trabalhadores.

3.1. Desafios da organização de trabalhadores brasileiros

Como vimos, a história dos movimentos organizados de trabalhadores está diretamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, e como mostram Evaristo Wenesclau e Ingrid Schkeich (2022), essa luta, no Brasil, está relacionada com os diversos processos de imigração. Seguindo essa concepção, Jones Goettert (2014), em seu trabalho sobre o movimento sindical apresenta, de uma forma muito didática, sete concepções que nortearam o movimento sindical ao longo da história.

A primeira delas é a concepção revolucionária, que, em síntese, acreditava que somente as greves gerais seriam capazes de transformar a sociedade. Outra delas era a concepção anarquista, que acreditava que os sindicatos teriam o papel de romper com o estado e promover uma nova

sociedade. Já na concepção reformista, o objetivo era reivindicar melhorias na situação do trabalho sem necessariamente propor mudanças estruturais, ou seja, essas organizações seriam apenas um meio pelo qual os trabalhadores conseguiriam se mobilizar por melhores condições de trabalho.

A quarta concepção, foi a cristã, que se baseou na encíclica emitida pelo Papa Leão XII, que reconhecia a legitimidade dos sindicatos, mas se colocava contra o comunismo e a luta de classes. Para essa concepção, o capitalismo tinha a obrigação de desenvolver sua função social e os sindicatos teriam o papel de articular junto a outras entidades – incluindo a igreja – melhorias na vida dos trabalhadores. A concepção corporativista surgiu na Itália com a repressão do estado fascista para enfraquecer os sindicatos. Nesse caso, tornando-os completamente dependentes do estado fazendo com que os sindicatos se tornassem agentes públicos limitando assim a força mobilizadora.

A penúltima concepção descrita por Goettert (2014), é a concepção comunista ou socialista que percebia nos sindicatos, um meio de promover uma consciência revolucionária, capaz de acabar com o sistema capitalista. Por essa concepção a organização dos trabalhadores teria o papel de tomar os meios de produção para torná-los propriedade coletiva. Por fim, a concepção social-democrata que entende que o estado tem o papel fundamental como mediador das lutas entre sindicatos e capital, dando a força legalizadora das lutas sociais dos trabalhadores.

Ao longo da nossa história esse panorama de modos e modelos de funcionamentos dos sindicatos influenciou diversas organizações de trabalhadores no Brasil. Em 12 de maio de 1978, trabalhadores da Scania, em São Bernardo dos Campos, em São Paulo, “chegaram, bateram cartão, colocaram o uniforme, foram até suas máquinas e cruzaram os braços” (BORGES, 2018, p.39). Essa greve, como descreve Borges, resultou em uma onda desordenada de outras paralisações pela região do ABC paulista⁷.

Esse movimento, como descreve Ilse Scherer-Warren (1987), é o indicativo de um novo caráter cultural e político que advoga:

⁷ ABC paulista é a sigla que se refere às cidades de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul(C), que ficam no estado de São Paulo e têm forte tradição industrial.

autonomia sindical frente ao estado; independência em relação aos partidos políticos e liberdade de escolha partidária de seus participantes; negociações diretas entre empregados e patrões, sem intervenção governamental; mobilização pelas bases e criação de uma democracia interna ao movimento; nova forma de organização, trazendo o sindicato ao próprio local de trabalho e a criação de comissões de fábrica (SCHERER-WARREN, 1987, p. 43-44).

Esse movimento ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”, e a partir dele várias disputas políticas se deram em torno desse movimento, culminando em 28 de agosto de 1983, na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que tinha “a linha de frente de sua formação composta principalmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e movimentos populares” (BORGES, 2018, p.41), sem contar com a participação fundamental do Partido dos Trabalhadores, que nascera três anos antes, em 1980.

Esse novo sindicalismo, tendo como seu expoente a CUT, mostrou grande adesão com seu I Congresso da CUT, em agosto de 1984, um ano depois da sua fundação, reunindo “5.260 participantes: 1.590 delegados rurais, 1.048 trabalhadores industriais, 1.357 empregados do setor de serviços e 1.227 delegados de associações e entidades pré-sindicais, notadamente de funcionários públicos, além de 38 observadores” (CPDOC, 2018, n.p.).

De acordo com Pochmann (2005), a partir da década de 90 com o cenário de implementação das políticas neoliberais no Brasil os movimentos sindicais têm sofrido uma das crises mais severas da história. O sindicalismo laboral no Brasil vem passando pela mais grave crise do emprego nacional, com taxas de desemprego em constante progressão e acentuado processo de desassalariamento e de precarização das condições e relações de trabalho.

Pochmann, ainda chama atenção que nesse período, mais especificamente, nos dois primeiros anos da década de 90, as greves tiveram uma queda de 80%. Ao final de 1992, com o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, os movimentos grevistas novamente tiveram uma crescente, no entanto, é só a partir de 1995, com a ação dos petroleiros, que as mobilizações grevistas tomaram um novo fôlego.

É importante ressaltar que os desafios enfrentados nos últimos anos pelos sindicatos são uma construção muito mais complexa que apenas os vieses legislativos, econômicos e/ou sociais. Olhar para essas mudanças,

como já assinalamos anteriormente, está relacionado às transformações na cultura, ou seja, no entrelaçamento de todas as vertentes da sociedade.

Nessa dissertação, olhamos para a comunicação como ponto de partida para o que compreendemos como trabalho plataformizado. Que além de ser um modelo de trabalho que está relacionado às tecnologias digitais de comunicação, decorrem de transformações sociais, políticas e transformam-se em grandes desafios para o legislativo.

Em 2017, a Consolidação das Leis Trabalho sofreu uma grande transformação que flexibilizou diversas práticas, diminuindo direitos conquistados pelos trabalhadores por meio de muita luta. No sentido da coletividade de trabalhadores, as mudanças na legislação afetaram diretamente os sindicatos e a extinção da contribuição sindical obrigatória, conhecida como "imposto sindical". Essa mudança enfraqueceu as entidades sindicais, tornando-as menos capazes de representar os trabalhadores, especialmente devido à fragmentação das categorias devido à terceirização e à pejotização.

A reforma, também, priorizou a negociação sobre a lei, o que pode resultar em acordos desfavoráveis aos trabalhadores. Outras mudanças incluem a ampliação das negociações individuais, a eliminação da ultratividade dos acordos ou convenções coletivas, e o fortalecimento das comissões representativas dos trabalhadores em detrimento dos sindicatos.

Em resumo, a reforma trabalhista de 2017 reduziu o papel dos sindicatos na assistência aos trabalhadores e os submeteu a pressões dos empregadores para realizar acordos desfavoráveis. Isso resultou na diminuição do poder dos sindicatos e os tornou menos eficazes na defesa dos interesses dos trabalhadores, apesar das alegações de que continuariam ativos sem a contribuição sindical obrigatória.

Queiroz (2017), destaca outros pontos que contribuem para essas flexibilizações e enfraquecimento dos movimentos sindicais.

[...] flexibilização de direitos trabalhistas previstos legalmente, resguardados apenas os que estão escritos na Constituição Federal; ampliação das possibilidades de terceirização e pejotização (contratação do trabalhador como pessoa jurídica e sem vínculo empregatício); criação de novas formas de contratação, especialmente o autônomo exclusivo e o intermitente; restrições de

acesso à Justiça do trabalho; retirada de poderes, atribuições e prerrogativas das entidades sindicais; universalização da negociação coletiva sem o limite ou a proteção da lei (...) autorização de negociação direta entre patrões e empregados para redução ou supressão de direitos (QUEIROZ, 2017, p. 11-12).

Nesse contexto, ainda não contemplados pelas legislações do trabalho, estão os trabalhadores de plataforma. E aqui, encontram-se diversos grupos, que além dos entregadores, objeto dessa dissertação, que não possuem legislações específicas que os garantam direitos, professores, trabalhadores domésticos, artistas, trabalhadores da construção civil e motoristas estão disponíveis para uma contratação ágil e sem burocracias para os consumidores. Muitas dessas categorias já possuem algumas legislações, no entanto, o desafio está no formato que tem se apresentado as dinâmicas de contratação.

A intermediação de uma plataforma, que por vezes é uma empresa que não está sediada no Brasil, são dificultadores diretos do processo legislativo. Esses novos desafios, segundo Paes Leme (2021), estão centrados exatamente na equalização dos poderes do capital e do trabalho, levando em consideração o trabalho como uma necessidade social que precisa de sistemas de proteção e esse novo formato de trabalho como um extremo da precarização.

O intuito é garantir civilidade e sustentabilidade, evitando-se a exploração do trabalho humano como mercadoria. Diminuir, em última análise, o fim do emprego protegido e do proletariado como classe social, transformado agora em multidão despersonalizada, desorganizada e sem pertencimento de classe. (PAES LEME, 2021, p. 147)

Ricardo Antunes (2001), nos mostra que o avanço do neoliberalismo fornece um ambiente favorável a estas transformações que estão presentes nos trabalhadores de aplicativos. Além do desemprego como fator fundamental para o fortalecimento e manutenção do capital, como já assinalado, Antunes registra o enfraquecimento de estruturas fundamentais para sociedade.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal

voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destroi o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2001, p.35)

Antunes (2001), segue sua explicação mostrando que a ampliação dos processos de precarização do trabalho, que se perpetua pelos ambientes empresariais, é importante, mas que o capital, por não gerar riqueza por si só, precisa do trabalho.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (ANTUNES, 2001, p.38)

Ou seja, além dos processos legais que dificultam a organização de trabalhadores tradicionais em sindicatos, a modalidade plataformizada de trabalho ainda precisa de regulações que os protejam nas perspectivas mais básicas. Quem é o patrão? Quem é o funcionário? A quem recorro em desrespeito dos direitos do trabalho? São essas algumas das questões que partem dos processos de identificação, afinal o que é esta modalidade de trabalho?

3.2. Processos de identificação e relações com o trabalho

Como assinalado em Fígaro (2008), o trabalho é uma categoria fundante do ser social, assim como a comunicação e essas duas categorias estão diretamente ligadas aos processos de identificação e ação dos indivíduos em sociedade. A partir dessa perspectiva, entendemos que o trabalho é o meio pelo qual o indivíduo tem a possibilidade de ter acesso aos bens de consumo que compõem as sociedades capitalistas, e a comunicação, por sua vez, é o meio pelo qual é possível entrar em contato com os outros indivíduos. Desta forma, o ambiente de trabalho, como aponta Dubar (2005) são espaços de socialização.

A socialização profissional é, portanto, esse processo muito geral que conecta permanentemente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo (self), concebido

como um processo em construção permanente. (DUBAR, 2005, p. 358)

Ao pensarmos sobre as relações de sociabilidade que se constituem no ambiente do trabalho, podemos compreender como esse lugar é importante para a construção das identidades. As trocas favorecidas pela rotina são propícias ao que Dubar chama de processo de construção permanente, ou seja, é nesse ambiente que os trabalhadores passam boa parte do seu dia a dia e compõem parte importante das interações que fazem ao longo da vida.

Stuart Hall (2006), ao escrever sobre as questões que envolvem a identidade, traz três perspectivas para a compreensão deste fenômeno: a do sujeito iluminista, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A identidade descrita por Hall sobre o sujeito iluminista está na centralidade do indivíduo, ou seja, uma concepção de identidade unificada, racional, que emergia no nascimento e seguia até o fim da vida do indivíduo, tornando-se algo sólido e imutável. A segunda perspectiva é a do sujeito sociológico que tinha sua identidade centrada na interação. E, ainda que houvesse um "eu real", este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais 'exteriores' e as identidades que esses mundos oferecem" (HALL, 2006, p. 11), tornando, então o sujeito sociológico um indivíduo que constroi seu eu a partir da interação com o outro

Por fim, Stuart Hall, nos fala do sujeito pós-moderno. Hall faz essa construção das identidades, a partir da complexidade da sociedade e dos desafios da modernização do mundo, sendo assim, questões como a tenuidade do que é público e privado – algo que era bem delimitado nas identidades sociológicas e iluministas – agora, na identidade pós-moderna estaria se tornando fragmentada, "composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas" (HALL, 2006, p.12). A marca, portanto, nesse sujeito está exatamente no caráter variável, fluido e problemático da identidade, que agora é "formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 2006, p. 13).

O sujeito pós-moderno, para Hall, não nasce com uma identidade inata, mas constroi-se ao longo da sua trajetória e das culturas que está inserido. O autor aponta que uma das grandes fontes de construção desta cultura está nas

identidades nacionais, o que, no mundo contemporâneo, está tendo grande impacto com a globalização.

No trabalho plataformizado, essas lógicas ganham dimensões ainda mais sensíveis, já que nem as relações empregado e empregador estão delimitadas, tampouco, a nacionalidade dos aplicativos é identificada. Esse emaranhamento da construção de uma identidade dos sujeitos – em especial o pós-moderno - está em conformidade com o que Hall problematiza como uma identidade imaginada, ou seja, o como os indivíduos se conectam e constroem suas identidades a partir de um contexto cultural maior e como essas identidades é afetada pelos processos de globalização.

Para o autor essas comunidades imaginadas, se constituem de três elementos: das memórias do passado; do desejo pela convivência em conjunto e pela perpetuação da herança cultural. Esses elementos buscam unificar todos os indivíduos numa identidade única, onde todos serão representados – mesmo com suas diferenças de etnia, classe ou gênero – como pertencentes da mesma nação. A cultura nacional possui particularidades em seu seio, que são invisibilizadas por uma noção de cultura nacional, onde o discurso é responsável pelo exercício do poder cultural. Sendo assim, não se assumem as identidades híbridas das nações. Todavia, pensar a identidade na pós-modernidade seria uma análise muito superficial deste fenômeno.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. (HALL,2006, p. 43)

Aqui Hall parte de um contexto nacional para entender o que é identidade, mas podemos compreender essas mesmas categorias em outros espaços. No trabalho plataformizado, como vimos em Dubar (2005) e Fígaro (2008), podemos perceber que o ambiente laboral abrange um importante marcador dessa identidade.

Rosali Figaro (2008), nos mostra o quanto os estudos de comunicação podem e devem ir muito além dos estudos de mídia, no sentido mais tradicional como rádio, jornal, televisão e redes sociais. Para a autora, a comunicação deve ser vista por uma perspectiva mais ampla, da comunicação entre pares

e/ou diferentes na construção de significados e construção de cultura de modos de existir em sociedade.

Nesse sentido, podemos pensar na comunicação em ambientes de trabalho como formadora de parte significativa da cultura dos indivíduos, haja visto que esses ambientes são parte significativa da vida. Jesús Martín-Barbero (1997), olha para a cotidianidade como esse espaço de onde as pessoas constroem suas identidades a partir da sociabilidade e das interações com o mundo nas diversas formas.

Dessa maneira, na concepção de Martín-Barbero é fundamental compreender os enlaces teóricos da construção do que se entende por identidade, já que ele considera o cotidiano como uma das formas dessa construção, consideramos, então, que os processos identitários estão na efervescência das construções culturais. Isso nos leva a entender como a cultura se constroi no desenvolver da sociedade, bebendo das relações passadas e se moldando a partir dos novos desafios propostos pelo desenvolver das sociedades.

Tal como Hall, Martín-Barbero, aponta para os processos de globalização como um ponto importante para a compreensão da construção da identidade dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Para Martín-Barbero (2003) a globalização exacerba e alucina as identidades básicas, ou seja, aquelas que têm suas raízes em tempos longos.

Para elucidar essa questão o autor traz como exemplos os conflitos ocorridos em Sarajevo e Kosovo – que foram conflitos de movimentos separatistas nos dois países-, nos quais as identidades lutaram para serem reconhecidas, mas esse reconhecimento só foi completo quando todos foram expulsos dos seus territórios e se fecharam sobre si mesmas. Além disso, Martín-Barbero afirma que a globalização produz fenômenos de mundialização de imaginários ligados a músicas, imagens e personagens que representam estilos e valores desterritorializados, o que pode levar a uma exasperação fundamentalista da heterogeneidade cultural.

Sendo assim, a globalização afeta a identidade cultural de várias maneiras, desde a perda de raízes e pertencimento até a exacerbação de valores fundamentalistas. Vale ressaltar que, para o autor, a globalização não se resume apenas a um mero reflexo das dinâmicas da economia política

global, mas representa a presença de transformações nas circunstâncias que moldam a experiência humana no mundo, trazendo consigo potenciais tanto de libertação quanto de problemas em nível global. O autor ainda ressalta que a globalização é uma teia intrincada de processos interligados, porém não todos orientados na mesma direção. Em síntese, a globalização é um fenômeno complexo que implica alterações nas condições de vida da humanidade, acarretando consequências tanto positivas quanto negativas.

Partindo, então, dessa construção da identidade, Renaud Sainsaulieu (1977), discute em seu trabalho a dimensão cultural da experiência no ambiente de trabalho. O autor mostra o impacto que as organizações podem exercer sobre as normas, valores e ideologias dos indivíduos que fazem parte dela. Sainsaulieu mostra que o trabalho em um contexto organizacional, oferece oportunidades para relações complexas, duradouras, arriscadas e em constante evolução, podendo exercer uma influência significativa sobre esses três componentes culturais.

Sainsaulieu, define essas relações a partir de componentes que podem ser analisados a partir do cotidiano nas relações laborais, tal como podemos ver em Roseli Fígaro (2008). Desta forma, podemos nos questionar como a comunicação se expressa nesses meios para a construção de culturas laborais e organização em torno das demandas desses trabalhadores. Mas, como podemos olhar para essas emergências, a partir dos contextos laborais que não estabelecem vínculos cotidianos?

3.3. Identidade e valores acionados no contexto plataformizados

Como vimos, a construção de um processo identitário se dá na relação com o outro nos diversos ambientes, e está diretamente relacionado com a produção cultural, ou seja, a identidade está dentro de encadeamento de sentidos, numa perspectiva descentralizada, complexa e emaranhada de percepções. Nos ambientes digitais os trabalhadores têm encontrado diversos desafios que extrapolam as possibilidades de análises e compreensão desses fenômenos a partir de uma perspectiva pragmática. As promessas que vieram com a internet, especialmente a partir da Web 2.0, em que teríamos mais conectividade, ampliação das fronteiras, ausência de interlocutores, se

mostram cada vez mais frágeis e problemáticas. O desenvolvimento de grandes empresas nos ambientes digitais tem favorecido a lógica do capital (DANTAS, 2020) e contribuem com o inverso das idealizações que tivemos no início da internet.

Ricardo Antunes (2020), ao falar do trabalho digital e os processos de uberização, traz pistas sobre como entender este processo pode ser um grande desafio aos trabalhadores, para a construção de vínculos e de desenvolvimento de uma coletividade. Ter serviços, dos mais diversos possíveis, disponíveis ao toque de uma tela, onde é possível comprar, vender, trocar e realizar, dispõe à sociedade uma facilidade sem precedentes, já que aparentemente as burocracias dos processos de compra e venda, por exemplo, são extintas ou não estão sob o guarda-chuva do que é previsto pelas leis atuais.

Mas como essa promessa tem se desdobrado na realidade? Antunes usa o termo uberização, como um derivativo do modelo de negócios da empresa Uber, para explicar esse fenômeno. Essa modalidade de trabalho está relacionada aos princípios que Antunes fala sobre a precarização do trabalho e, no caso do Brasil, às reduções e modificações que a lei trabalhista vem sofrendo ao longo dos anos.

Antunes (2001), aduz que o neoliberalismo tem contribuído para um aumento significativo do desemprego, representando uma manifestação de (des)socialização. Além disso, diversas tendências estão ocorrendo no mundo do trabalho, como a flexibilização das condições laborais, terceirização de serviços, intensificação das jornadas de trabalho e fragmentação das tarefas laborais. Essas transformações redefinem a dinâmica do mercado de trabalho, apresentando desafios significativos para a coesão social e a qualidade de vida dos trabalhadores. Portanto, é fundamental analisar não apenas as implicações econômicas do neoliberalismo, mas, também, seu impacto nas relações sociais e no mercado de trabalho como um todo.

Dantas (2017) nos mostra como os modelos de negócios das plataformas digitais se adaptaram ao capital de tal forma que é impossível pensar o capitalismo e as novas formas de produção, distribuição e consumo sem pensar nesse universo. Dantas, ainda, atesta que as “plataformas da internet tornaram-se como que grandes praças de mercado de dimensões

mundiais” (DANTAS, 2017, p. 3), a comparação que ele faz com as praças de mercado está relacionado ao comércio na idade média, em que as pessoas utilizavam as praças para vendas, compras e trocas de todos os tipos de mercadorias. Dantas, ainda, define as plataformas como:

Entenderemos por plataformas da internet um espaço-tempo articulado e conectado por redes físicas digitais de comunicação e de processamento de informação, no qual dois ou mais usuários podem interagir diretamente, interação esta, porém facilitada e observada pelo operador, ou proprietário, da plataforma (DANTAS, 2017, p.3)

Essa definição dada por Dantas, trata do importante ponto de que a plataforma é o espaço-tempo que além servir como este lugar de trocas, também, está sob a vigilância dos operadores e proprietários dessas ferramentas. Esses meios, cada vez mais presentes em nossas vidas, atravessam nosso cotidiano de diversas formas e nos colocam no papel de, além de consumidores, produtores desse meio, que mais do que as outras mídias, nos englobam na construção desses espaços.

Dantas (2020), chama esse processo de capital-informação, ora atuam como espectadores – no sentido do consumo -, por sua vez, agora, de forma mais clara e inseridos nesta mídia, também, atuamos como produtores. Para Dantas, essa estratégia é a forma que o capital, com as tecnologias digitais, encontrou para a manutenção das grandes fortunas.

Essas transformações e migrações para o digital, como não poderiam ser diferentes, têm impactos diretos na questão laboral. Dardot e Laval (2016) afirmam que, a partir desse ponto, molda-se um indivíduo cuja subjetividade se impregna de elementos convenientes às tarefas que serão exigidas dele, a fim de controlá-lo por meio de uma de suas características mais abstratas: o desejo. Isso é feito alinhando os interesses pessoais com os da empresa, de modo a garantir um desempenho eficaz, graças à internalização desse processo. Dessa forma, o que está sendo manipulado é o próprio desejo, orientando os corações para se auto gerirem na busca do melhor desempenho.

O efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o empregado. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa

conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 322)

Dardot e Laval, trazem essa concepção do sujeito neoliberal que entrega sua força de trabalho na promessa que o esforço individual é o suficiente para prosperar no sistema. A construção desse ideal supera os ambientes laborais, ganha dimensões cada vez mais presentes em diversos contextos: “seja você sua meta”, “empreenda”, “seja responsável por si” e outras frases de efeito presentes em diversos ambientes.

Dardot e Laval seguem dizendo que “Moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.136), são metas onipresentes nos aplicativos que estão relacionados ao trabalho. Vander Casaqui (2015, p.46), nos mostra que “o discurso social, como construção de um mundo, projeta-o como ideal”, ou seja, constantemente o reforço constante desses discursos constroi um ideal para o trabalhador.

No caso dos entregadores, é possível perceber desde os trabalhadores que estão nos aplicativos para complementar renda até os que recebem a totalidade dos seus proventos por meio das plataformas, estão de alguma forma aderindo a este discurso. E essa construção coloca esses trabalhadores com o pressuposto do, então empreendedor que “assume o caráter heroico” (CASAQUI, 2015, p. 48)

Conforme os interesses dos trabalhadores e das empresas se alinham, ocorre uma transformação na percepção dos indivíduos em relação ao seu papel dentro das organizações. Eles se convencem de que são parte integral da empresa e passam a demonstrar um comprometimento profundo, dispostos a enfrentar desafios, dedicar todo o seu tempo e assumir a responsabilidade completa por seus insucessos. Em resumo, passam a se identificar com a empresa, chegando até a considerar-se como uma entidade própria que presta serviços em uma relação de cliente para empresa, estabelecendo um equilíbrio horizontal. Essa mudança na perspectiva dos colaboradores é uma manifestação de como a integração de interesses pode moldar sua visão e compromisso com a organização.

No entanto, o grande diferencial é que apesar de termos outras experiências de trabalho informal, com as plataformas, o jeito de trabalhar está mudando drasticamente. Nesse novo modelo, não é preciso passar por processos de seleção, nem preencher vagas específicas. O que costumava ser um contrato de trabalho agora se torna um “contrato de adesão” (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 38), e a relação entre empregadores e trabalhadores, que era protegida por uma lei, agora é mais flexível, instável e efêmera.

E, nesse cenário, as grandes empresas que dominam essas plataformas têm um controle sobre os trabalhadores, mudando a forma como entendemos o emprego. Elas muitas vezes se apresentam como facilitadoras do mercado, alegando serem empresas de tecnologia que simplesmente conectam pessoas que têm trabalho a fazer com pessoas que podem fazê-lo. Porém, nos bastidores, elas tomam decisões sobre a distribuição do trabalho, os preços e até quem pode ou não trabalhar nas plataformas, usando critérios muitas vezes obscuros e difíceis de rastrear. Isso é o que chamamos de gestão algorítmica, de sistemas automatizados, mais controlados por humanos, determinam como o trabalho é feito e quanto é pago, usando ferramentas como avaliações, incentivos e punições.

Essa mudança tem implicações profundas e variadas para os trabalhadores. À medida que as empresas de tecnologia ganham mais controle sobre como o trabalho é organizado, as condições de trabalho se tornam menos definidas e mais flexíveis, o que pode ser um desafio para os trabalhadores. Dubar (2005), destaca que mesmo que a identidade social seja relativa a um processo histórico, é no hoje e na cotidianidade que é possível perceber as nuances das identidades.

A identidade social não é "transmitida" por uma geração à seguinte, cada geração a constroi, com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente. (DUBAR, 2005, p.156)

Como vimos, essa construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação, que conquistou uma grande legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a

atribuição dos status sociais. Quando o sociólogo Sainsaulieu (1977) aprofunda sua análise das relações entre a organização e a cultura, seguindo a abordagem antropológica, ele descobre uma realidade cultural adicional: as comunidades sociais e profissionais que uma empresa precisa considerar para seu desenvolvimento. Hoje, por exemplo, o Ifood tem perfis de comunicação direta com seus funcionários – os que estão sob as leis trabalhistas – e os entregadores.

Sainsaulieu segue sua análise do trabalho em uma empresa com o intuito de compreender a construção gradual de formas de sociabilidade duradouras entre os trabalhadores de um mesmo local.

A força de trabalhar junto, as pessoas elaboram regras, valores e práticas comumente admitidas para gerir suas relações de solidariedade e ajuda mútua, de complementaridades técnicas e de autoridade, de formação e de informação, de controle e de avaliação. (Sainsaulieu; Kirschner, 2006, p.195)

À medida que colaboram, as pessoas desenvolvem regras, valores e práticas compartilhadas para gerenciar sua solidariedade, assistência mútua, complementaridade técnica, autoridade, formação, informação, controle e avaliação. Nessa perspectiva, levando em consideração as interferências das sociedades midiáticas, aplicadas ao ambiente laboral, podemos dizer que é a partir das construções sociotécnicas que os trabalhadores encontram alternativas para estabelecer comunicação.

No Brasil, tivemos o #BrequedApps que se consolidou como um movimento nacional de paralisação para melhoria das condições de trabalho (COSTA; DE PAULA, 2023). Nos Estados Unidos, no estado do Alabama, trabalhadores plataformizados da Amazon fizeram um grande movimento em busca da criação de um sindicato para reivindicar contra às situações que eram consideradas precárias de trabalho (COSTA; CAVALCANTI, 2021). Assim como esses, diversas outras categorias, dentro do contexto do trabalho plataformizado, estão construindo alternativas para a ação política, e como já visto, a construção dessas sociabilidades que geram ação coletiva se dá pelo meio da comunicação, seja ela nos modos tradicionais do ambiente laboral ou pelas alternativas que os ambientes digitais constroem.

Diante disso, ao propor essa discussão preliminar sobre o contexto em que a luta dos entregadores por aplicativo ocorre, apresentaremos a seguir a análise dos valores trazidos em seus processos de mobilização no decorrer do Breque dos aplicativos que aconteceu em julho de 2020.

4. “NOIS É POLÍTICO DE RUA”: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DOS ENTREGADORES POR APLICATIVO NO #BREQUEDOSAPP

O título deste capítulo vem de uma publicação feita no perfil no Instagram do movimento dos Entregadores Antifascistas, @EntregadoresAntifascistas⁸, no dia 17 de julho de 2020, entre as duas principais greves feitas pelos entregadores por aplicativo. Essa frase, nos mostra de forma sintética o tom que foram feitas as comunicações nos perfis dos entregadores durante o #BrequedosApps, objeto desta pesquisa. Entendemos, que essa compreensão é a chave para a análise que será mostrada a seguir, com base na revisão teórica que fizemos anteriormente.

As pesquisas que fazem pontes entre a comunicação e o trabalho não são necessariamente uma novidade dentro do campo. A pesquisadora, já citada, Roseli Figaro, atua na Universidade de São Paulo desde 2003 com o Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho que tem desenvolvido pesquisas que mostram o trabalho como um mediador fundamental nas relações sociais e com os meios de comunicação.

Outro pesquisador, que não é do campo da comunicação, como o sociólogo Ricardo Antunes, da Universidade Estadual de Campinas, tem trazido importantes contribuições para as pesquisas voltadas ao mundo do trabalho. Com sua pesquisa, tem se dedicado às questões de precarização do trabalho, sindicalismo e a sociedade neoliberal. Antunes, pública desde a década de noventa uma ampla literatura que compõe o campo dos estudos sobre o trabalho. Mais recentemente, seus estudos têm se voltado às questões da plataformização na interface com as questões laborais, como um expoente da precarização e das lógicas da sociedade neoliberal.

Seguimos o panorama teórico que buscamos para a construção dessa dissertação e aproximamos mais da temática que nos propomos a estudar aqui: o trabalho plataformizado de entregadores. Rafael Grohmann, sociólogo, mestre e doutor em comunicação, atualmente professor na Universidade de

⁸ Perfil disponível em: https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/?g=5. Acessado em: 28 de jan. 2024.

Toronto e diretor da DigLabour⁹, tem se dedicado a compreensão da plataformização do trabalho, a partir do entendimento das plataformas em uma sociedade midiaticizada.

A emergência das questões que envolvem o trabalho plataformizado no campo da comunicação trouxeram à Revista Contracampo da Universidade Federal Fluminense, dois dossiês – Trabalho de Plataforma I¹⁰ e Trabalho de plataforma II¹¹ - que tratam das questões voltadas à gestão algorítmica, empreendedorismo e os cenários diversos dessa complexa realidade dos trabalhadores no mundo plataformizado.

É nesse cenário que propomos a dissertação, e tem como objetivo compreender quais são os valores expressos pelos entregadores durante o movimento do #BrequedoApps. Esse movimento dos entregadores, ocorrido em 2020, trouxe além das demandas por melhorias nas condições de trabalho, a compreensão de que o trabalho plataformizado tem demandas e lógicas de funcionamento que se distinguem das categorias de trabalho já existentes.

Para compreender este fenômeno partimos então de uma pesquisa exploratória, que segundo Antonio Gil (2008, p. 27) “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Já que há uma construção teórica que nos dá suporte para compreender a importância do trabalho como meio de sociabilidade que contribui para a construção de sua força política. Olhamos para as demandas que emergem desses novos trabalhadores como uma possibilidade de entender as dinâmicas plataformizadas e a mobilização política nas lógicas de uma sociedade midiaticizada.

Para a compreensão desta demanda de pesquisa buscamos, a partir da pesquisa exploratória, ferramentas metodológicas que nos dessem suporte para imersão nesse tema tão recente e relevante na nossa sociedade.

4.1. Percorso metodológico

⁹ Laboratório de pesquisa dedicado em produzir e circular investigações em torno das conexões entre mundo do trabalho e tecnologias digitais. Disponível em: <https://digilabour.com.br/>. Acessado em: 02 de fev. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137>. Acessado em: 02 de fev. 2024.

¹¹ Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2150>. Acessado em: 02 de fev. 2024.

Quando propusemos este estudo, o interesse estava na cognição sobre os modos como os entregadores por aplicativo, durante a pandemia, tinham conseguido realizar uma mobilização em nível nacional durante quase um mês. Levando em consideração que acompanhamos a luta de trabalhadores, especialmente, os que já têm sindicatos estabelecidos, sabemos as dificuldades dos movimentos grevistas.

No decorrer do processo de pesquisa, a pergunta que nos mobilizou ganhou profundidade a partir dos primeiros contatos sistematizados com o objeto. A primeira movimentação que fizemos foi em busca entender o que foi falado na mídia sobre o assunto, pois percebemos o jornalismo como uma prática que registra acontecimentos significativos do cotidiano. O pesquisador Nelson Traquina (2005), nos fala sobre o conceito de jornalismo:

O jornalismo pode ser explicado pela frase de que é a resposta à pergunta que muita gente se faz todos os dias: o que é que aconteceu/está acontecendo no mundo? no Timor? no meu país? na minha "terra"? - o que aconteceu no julgamento de um ex-presidente de um clube desportivo, desde ontem quem ganhou o jogo? Ao longo dos séculos, as pessoas (muitas delas, pelo menos) têm desejado ser informadas sobre o que as rodeia, usando o jornalismo (ou uma forma pré-moderna do jornalismo) para se manterem em dia com os últimos acontecimentos, para os combinarem com um conhecimento dos tópicos que lhes permita participar de conversas pessoais e de grupo, talvez para se sentirem reasseguradas de que através dos vários produtos do jornalismo não estão a perder algo, ou para serem fascinadas pelas alegrias ou tragédias da vida. (TRAQUINA, 2005, p.20)

Essa percepção do jornalismo, como modo de apreciação da vida, nos levou a buscar o jornal mais acessado no ano de 2020 para compreender o que se falava sobre o #BrequedosApps. Segundo a pesquisa realizada pelo jornal independente Poder 360 (2022), a versão digital do jornal Folha de São Paulo teve maior circulação, com 278.137 assinantes.

Ao realizar a busca por #BrequedosApps, a primeira notícia que fez menção ao fenômeno, foi do dia 28 de junho de 2020-. Levando em consideração que o ápice do movimento, foi no dia 25 de julho de 2020, selecionamos o período de 28 de junho até 30 de julho do mencionado ano. Nesse período encontramos 15 registros, dos quais 2 eram álbuns fotográficos com as imagens das manifestações, 2 textos de opinião, 1 na seção de roteiro e turismo e os 10 restantes na editoria de economia.

Nos textos publicados, ao todo foram ouvidos 10 entrevistados, entre representantes do judiciário, representantes de organizações de entregadores, pesquisadores e entregadores. Destes, buscamos olhar para os entregadores, para compreender as demandas que eram apresentadas ao jornal e aos representantes de organizações da classe, para compreender essa demanda a partir de uma lógica ampliada.

Entre os entregadores entrevistados, apenas três foram identificados, recebendo créditos generalistas, como “entregador”, “cadastrado no Rappi”, ou sem identificação, destes apenas um é mulher. Dos personagens identificados como líderes de alguma organização, foram apresentadas cinco organizações: Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil, Sindicato De Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo, Entregadores Antifascistas e um identificado como um dos líderes da manifestação no Rio de Janeiro, sem identificar qual coletivo ou organização.

Apesar de terem sido apresentadas outras instituições, apenas a Entregadores Antifascista ganhou maior representatividade, e neste caso personalizada na figura do seu líder, Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como Galo de luta. A matéria publicada no dia 09 de julho de 2020, traz como título “Acreditaram na mentira do empreendedorismo, diz líder dos Entregadores Antifascistas”, e é construída no modelo de entrevista.

É importante ressaltar que, com o contexto da pandemia, como mostraremos a frente, as redes digitais de comunicação, como Twitter, Instagram, Facebook e aplicativos como Whatsapp e Telegram, foram fundamentais para a mobilização.

Piaia et al. (2021) mostram que a atuação de Galo no Twitter, por exemplo, teve um papel fundamental na dinâmica do debate nas redes sociais.

Ainda no que se refere à atuação de ativistas, cabe destacar o papel central do perfil @galodeluta no debate sobre a mobilização dos entregadores no Twitter. Esse perfil compõem o cluster amarelo, do qual fazem parte 8.970 perfis, ou seja, 5,8% dos usuários que participaram do debate sobre o “Breque dos Apps”. Embora o número de participantes envolvidos nessa comunidade seja menor em comparação com as demais comunidades, vale destacar que essas publicações mobilizaram 7,6% das interações mapeadas por esta pesquisa; (PIAIA et al., 2021, p.66)

Os autores ainda mostram que “os achados apontam que as noções de identidade e ação coletivas — (re)formuladas e propiciadas pela ação

conectiva — atravessam necessariamente o papel dos partidos políticos na construção e manutenção dessas” (PIAIA et al., 2021, p.78), da mesma forma que é mostrado na reportagem da Folha de São Paulo, em que Paulo Galo reitera sua participação nas mídias, sua relação com personalidades de esquerda e as retaliações que sofre dos setores de posicionamento político à direita que o atribuem notícias falsas como o suposto financiamento do Partido dos Trabalhadores:

Você é mencionado por parlamentares de esquerda, fez live com o Criolo, tem 30 mil seguidores. A rotina mudou? Mudou, mano, apanho de tudo que é lado, dos companheiros, dos aplicativos... Já fui chamado de ator contratado para difundir ideias comunistas nas motos. Outros dizem que se precisar usar violência, vou usar. A maior de todas é que sou financiado pelo PT. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/2).

Ao nos debruçarmos sobre notícias que abordam o tema do Breque dos apps percebemos que outros entregadores foram entrevistados. No entanto, eram sempre identificados como “entregadora de Loggi, Uber e iFood”, “cadastrado na Rappi”, ou pontualmente líderes ou representantes de alguma instituição de entregadores, como o Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas Intermunicipal do Estado de São Paulo, que apesar de ser uma organização da categoria, não está alinhada às lutas específicas dos entregadores por aplicativos (Sindimoto), como fala Paulo Galo:

O sindicato defende nova paralisação no dia 14, não quer se aliar a bandeiras políticas. Outra grande parte determinou que será no dia 25. Há união para o novo protesto? Unidos completamente eu acho que não estamos. Se o pessoal não quer CLT, beleza, essa é a nossa luta, estamos na greve para dar apoio. Nós e o Sindimoto não temos nada a ver. O conselho da greve definiu dia 12, o sindicato determinou dia 14, e agora ficou no dia 25. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/2)

Por isso, é importante destacar que mesmo que não estejam organizados em uma instituição formal de luta trabalhista, o movimento Entregadores Antifacistas, idealizado e liderado por Paulo Galo, acabou ganhando notoriedade midiática por conseguir centralizar nas suas pautas as demandas específicas dos entregadores que trabalham com a intermediação dos aplicativos.

A luta e desafios encontrados por essa categoria não se esvaíram no período do Breque – que se estabeleceu, entre várias manifestações, entre os

dias primeiro e 25 de julho de 2020. Paulo Galo, como o líder desse movimento repercutiu midiaticamente até hoje, representando mais de 3.200 menções na Folha de São Paulo, tornando-se um ator político com importante presença midiática aparecendo em programas de televisão, *podcasts* e em suas redes pessoais como Twitter e Instagram.

A partir da análise quantitativa dos dados apresentados no jornal, entendemos que obtivemos um indicador, como nos mostram De Freitas et al. que:

A pesquisa quantitativa pretende e permite a determinação de indicadores e tendências presentes na realidade, ou seja, dados representativos e objetivos, opondo-se à ciência aristotélica, com a desconfiança sistemática das evidências e experiência imediata. (DE FREITAS et al., 2019, p. 418)

Com os dados encontrados, a partir desta primeira análise do jornal percebemos que Paulo Galo e a organização do Entregadores Antifascistas, são dois personagens que ganharam notoriedade e representação midiática, portanto, encontramos neles nosso segundo movimento metodológico.

Segundo pesquisa da iniciativa DataReportal¹², no ano de 2023, foram registrados 181.8 milhões de pessoas com acesso à internet, destes 152.4 milhões estão nas redes sociais. No *ranking* das redes sociais utilizadas pelos brasileiros, em primeiro lugar está o Whatsapp, com 93,4%, em segundo lugar o Instagram, com 89,8% e em terceiro o Facebook, com 86,8%.

Para conseguirmos dar conta do objeto delineado neste estudo, optamos por fazer a análise a partir do Instagram do nome mais relevante citado no jornal. Paulo Galo, que é apresentado como o líder do movimento Entregadores Antifascistas, é citado nas reportagens e, é o único que tem o espaço de entrevista exclusivo e entendemos como Sena e Serelle que a figura pública de Paulo Galo emerge com o entendimento do papel da mídia na disputa política:

Chama a atenção a compreensão do entregador sobre o papel dos meios de comunicação como um instrumento a ser usado na disputa política. Embora reconheça a importância da mídia na defesa dos interesses do capital, entende que ela é um centro de poder e de

¹² A DataReportal é uma iniciativa que tem como finalidade reunir dados de consumo da internet em 230 países. A pesquisa está disponível online no site: <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>. Acessado em 28 de jan. de 2024.

projeção e pode ser usada para promover outras expressões sociais. (SENA; SERELLE, 2022, p. 55)

Diante disso, recorreremos ao perfil do Instagram do entregador, @galodelutaoficial¹³, que atualmente conta 218 mil seguidores, e pesquisamos nos seus seguidores pela palavra “entregador”, onde foram encontrados 20 perfis. Desses, dois são contas pessoais - entregadores que usam a rede para a divulgação do seu trabalho -, duas contas que estão fechadas – com acesso restrito aos seus seguidores-, dois são perfis de pesquisa – contas dedicadas a interlocução com os entregadores para fins acadêmicos - e o restante, os 14, de coletivos de entregadores – perfis que falam em nome da categoria.

Levando em consideração que as manifestações do #BrequedosApps, aconteceram entre 1 e 25 de julho de 2020, boa parte desses perfis surgiram depois ou durante. Entre os perfis encontrados, 2 foram ativados antes do breque, 3 durante as manifestações e 13 foram criados depois das manifestações, os dois restantes, como são perfis privados, ficaram fora da análise.

Como nosso objetivo é entender os valores comunicados por esses entregadores, escolhemos para esta pesquisa trabalhar apenas com os perfis que foram criados antes ou durante as manifestações. São eles, @entregadores_antifascist¹⁴, 53,9 mil seguidores, @entregadoresantifascistasrj¹⁵, com 2315 seguidores, @entregadoresantifascistases¹⁶, com 872 seguidores e @entregadoresantifascistasmg¹⁷, com 785 seguidores.

Para a análise foram selecionadas as postagens publicadas entre junho e julho de 2020, para dar conta da materialidade expressa no período das manifestações. Ao todo, foram analisadas 206 publicações, entre imagens,

¹³ Perfil disponível no link: <https://www.instagram.com/galodelutaoficial/> Acessado em 28 de jan. de 2024.

¹⁴ Perfil disponível em: https://www.instagram.com/entregadores_antifascistas/ Acesso em: 27 de jan. 2024

¹⁵ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasrj/> Acesso em: 27 de jan. 2024

¹⁶ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/entregadoresantifascistases/> Acesso em: 27 de jan. 2024

¹⁷ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/entregadoresantifascistasrn/> Acesso em: 27 de jan. 2024

vídeos e lives. Ao analisarmos o conteúdo chegamos a três categorias: Sensibilização, solidariedade e justiça.

Antes de apresentarmos as categorias acreditamos que é importante contextualizar o cenário em que as manifestações aconteceram. Para isso, também recorreremos às reportagens do Jornal Folha de São Paulo, no período de junho e julho de 2020.

4.2. Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19 uma pandemia, ou seja, a doença se espalhou levando o mundo a uma situação de alerta máximo, já que era um vírus desconhecido, com alto poder de contágio e letalidade. Em meio a milhares de mortes, algumas medidas foram tomadas pelos sistemas de saúde, por indicação da OMS. Por se tratar de uma doença que a principal forma de contágio é o contato, a indicação inicial era o distanciamento social, a higienização constante das mãos e o uso de equipamentos de proteção individual, como as máscaras.

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi registrado em São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2020, quando um homem de 61, com históricos de viagens para Itália foi diagnosticado com a doença (UNA-SUS, 2020). A partir deste ponto, os Estados brasileiros foram aderindo as medidas de quarentena¹⁸, em que estabelecimentos como escolas, comércios, restaurantes e outros que não eram considerados de necessidade prioritária foram fechados como medida para reduzir a circulação de pessoas e, portanto, de contaminação.

Vale ressaltar, que as medidas de prevenção foram decisões dos Estados da Federação, muitas vezes em contradição com as medidas tomadas pelo, então, presidente Jair Messias Bolsonaro. No dia 25 de março de 2020

¹⁸ Durante a pandemia da Covid-19 a medida principal de prevenção, antes da vacina, foi o distanciamento social e o uso de equipamentos de proteção individuais, como as máscaras. O distanciamento dividiu-se em dois níveis de responsabilidade: os individuais, em que as pessoas evitavam sair de casa e frequentar locais com aglomerações; e os coletivos, em que empresas estabeleceram o trabalho à distância e shoppings, cinemas, bares, restaurantes, igrejas e outras instituições que não são de primeira necessidade foram fechadas temporariamente para evitar a circulação de pessoas.

(PORTAL G1, 2020) 25 dos 27 governadores dos Estados brasileiros, criticaram a postura do presidente que pedia para a população voltar às atividades.

Entre muitas contradições e divisões políticas para o combate à Covid-19 e uma tensão entre governos Estaduais e o Governo Federal, três ações geraram grande repercussão no mundo do trabalho. Em 22 de fevereiro de 2020, o presidente Bolsonaro editou uma medida provisória que previa a suspensão dos contratos de trabalho por até quatro meses, regulamentava o teletrabalho, férias coletivas e ajustes nos bancos de horas. No dia 1º de abril de 2020, as medidas provisórias permitiam a suspensão de contratos de trabalho ou a redução salarial e da jornada de trabalho para reduzir a folha de pagamentos e evitar demissões em massa. No dia 2 de abril, depois de muito embate político, a oposição ao governo conseguiu aprovar o auxílio emergencial de 600 reais, por três meses, a trabalhadores informais, como forma de conter a crise econômica (PORTAL G1, 2020).

Nesse cenário de instabilidade política, econômica e de saúde pública, muitas pessoas ficaram desempregadas e diversos estabelecimentos comerciais ficaram sem poder realizar suas atividades. Como alternativa, restaurantes, bares, farmácias e supermercados adotam os sistemas de *delivery* para conseguir manter suas atividades. Por outro lado, os consumidores passaram a buscar mais o serviço, já que não podiam ou eram orientados a não sair de casa.

A solução mais rápida e eficaz foi a utilização de plataformas de entrega, como o Ifood, UberEats, Rappi, Zé Delivery e diversas outras empresas. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o número de entregadores “passou de 25 mil, no início de 2016, para 322 mil, no quarto trimestre de 2021” (IPEA, 2022).

As altas taxas de desemprego associadas a este contexto, levou muitos cidadãos a busca por soluções de subsistência nos aplicativos. Como Antunes (2018) mostra, o trabalho, ainda que precarizado, é uma fonte de renda para as pessoas. No entanto, a condição da pandemia agravou e levou os entregadores a se questionarem sobre suas condições de trabalho.

Como resultado das insatisfações dos entregadores, entre os dias 1º e 25 de julho de 2020, ocorreram manifestações – sendo a do dia 25 a que teve

maior adesão – o #BrequedosApps, ganhando repercussão nas mídias tradicionais e redes sociais na internet.

A primeira menção ao termo aparece em 28 de junho de 2020, no caderno “Economia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/1), onde é apresentado um panorama global, mostrando que o movimento não nasce no Brasil, mas ganha aderência pela similaridade das pautas. Afinal, as plataformas, conforme assinalamos, são empresas transnacionais. Nesta reportagem além da apresentação do nome do movimento: #BrequedosApps, também traz a segunda *hashtag* usada pelos trabalhadores #SomosImportantes, que faz referência à primeira apresentação de pauta que surge na mídia: “O pleito central é a melhora na remuneração, que sofreu baixa mesmo com o aumento da demanda, impulsionada pelo consumo da classe média confinada em casa.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/1).

Nessa mesma reportagem, é destacado pelo representante da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil que a mobilização desses entregadores conta com uma infraestrutura comunicacional orgânica:

Temos mais de dez grupos lotados [cada grupo de WhatsApp pode ter 256 pessoas] para falar sobre a paralisação, mais os grupos nacionais de entregadores, que estão comentando o assunto, que passam de 100. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/1)

O presidente da associação destaca:

O ato não agrega só motoristas de apps. O SindimotoSP, sindicato de mensageiros motociclistas, ciclistas e mototaxistas do estado, convoca trabalhadores em regime CLT e autônomos para se unirem aos informais da entrega, chamados pela categoria de “explorados”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/1)

Quando é falado em mobilizações, paralisações e greves, normalmente nas categorias tradicionais, essas manifestações são organizadas por sindicatos que têm como objetivo lutar pela garantia e promoção de direitos. No caso dos entregadores por aplicativo, como ainda não há regulação, não há entidades estruturantes com relevância jurídica, política e econômica para promover grandes mobilizações.

Dentre os representantes de associações e organizações de empregadores, o que ganha destaque é Paulo Roberto da Silva Lima,

conhecido como “Galo de luta”, pela organização do Movimento Entregadores Antifacista.

Acreditaram na mentira do empreendedorismo, diz líder do Entregadores Antifascistas

Paulo Lima, conhecido como Galo de Luta no Twitter, defende vínculo empregatício a motoristas de apps



Paula Soprana

SÃO PAULO Paulo Roberto da Silva Lima, 31, conhecido como “Galo de Luta” no Twitter, mudou a rotina nas últimas semanas. Desde que emergiu como um dos principais mobilizadores do movimento de entregadores de aplicativos, Galo faz lives com Criolo e Guilherme Boulos, é citado por parlamentares nas redes sociais e encaixa entrevistas à imprensa nas pausas do trabalho.

“Tentaram até me fazer virar coach, mas não é minha praia, é contra minha ideologia”, afirmou à **Folha**.



Paulo Lima, o Galo, líder dos Entregadores Antifascistas. Com 30 mil seguidores no Twitter, ele defende café, almoço, jantar e CLT - Danilo Verpa/Folhapress

Figura 1: Reportagem Folha de São Paulo do dia 9 de julho de 2020

Com um discurso que vai além das causas individuais, Paulo Galo, ganha notoriedade por sua fala construída a partir de bases políticas mais consistentes, se colocando no sentido contrário às promessas dos aplicativos.

Qual foi a mentira que contaram para eles? “Vocês são empreendedores, são quase igual a gente, são ricos, podem ficar ricos se trabalharem muito para a gente”. Só em 2019, quando fui procurar emprego de motoboy, vi que não tinha mais. O aplicativo

cercou o mercado. Me toquei que o mundo mudou. Não era mais um motoboy, eu era um entregador. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/2).

Mesmo com pautas que não necessariamente eram as da maioria, o Movimento Entregadores Antifascista reconhece que:

Quando a greve surgiu, e surgiu de forma natural, nosso grupo entrou para apoiá-los. Muitos têm ranço da palavra antifascista, mas se eles definirem como pauta taxas maiores, taxa mínima, fim dos bloqueios e auxílio aos entregadores que se acidentarem, vamos apoiar isso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020/2)

A separação de pautas e lideranças gerou alguns movimentos que precisam ser destacados. Apesar de o dia 25 de julho de 2020 ter sido a grande paralisação, que ganhou mais visibilidade. Ao longo do mês de julho, desde o 1º, várias manifestações dispersas em vários locais e cidades receberam algum tipo de atenção e divulgação.

A partir da compreensão desse contexto, partiremos para a análise das publicações feitas nos perfis do Instagram selecionados para esta pesquisa. Como já mencionado, o conteúdo expresso pelos entregadores nos mostrou três categorias que sustentam os principais valores acionados nas lutas dos entregadores: sensibilização, com 181 publicações; solidariedade, com 19 publicações; e justiça, com 6 publicações. As publicações encontradas na pesquisa são de abrangência nacional, no entanto, o maior foco está nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, onde estão o recorte principal dos perfis analisados.

4.3. Sensibilização política

Ao todo, nos perfis analisados, encontramos 181 publicações nessa categoria. As postagens com palavras de ordem, chamamento para mobilizações e demandas da categoria estão concentradas aqui, pois entendemos que são formas com as quais os entregadores sensibilizam para a causa que defendem. Tornando possível, por meio da comunicação, expressa pelos coletivos de entregadores, uma forma de estabelecer vínculo, engajamento – nas redes e nas manifestações *offline* – e reconhecimento às causas, ao movimento e ao coletivo da categoria.



Figura 2: Publicação realizada no dia 17 de julho de 2020 no perfil @entregadoresantifascistas

A publicação acima, que dá título a este capítulo, nos mostra o posicionamento em relação ao que é política para os entregadores. Aqui podemos compreender, que mesmo sabendo o papel das redes – afinal, a comunicação é feita no Instagram – traz ao público o posicionamento de que é nas ruas em que a política, feita por todos nós, se desenvolve.

As publicações realizadas pelos coletivos trazem um público-alvo bem delimitado nas suas postagens. De um lado, está o direcionamento aos entregadores, e de outro, os possíveis apoiadores da causa. Nessa publicação é possível compreender que além do convite aos entregadores para participarem das manifestações de rua, há, também, a justificativa aos não entregadores sobre a sua causa e o porquê é importante a mobilização do #BrequedosApps.

Essa chave de compreensão de uma política ampliada, a qual deve ser feita nas ruas, mas, também, parte de uma mobilização *online* foi fundamental para o período de pandemia em que o #BrequedosApps aconteceu. É importante destacar que essa compreensão de uma política ampliada responde a uma demanda muito particular da categoria. Os entregadores, como já vimos, não contam com um ponto de encontro para o trabalho, cada trabalhador conecta-se ao seu aplicativo e inicia a sua jornada de trabalho, sem necessariamente encontrar com outros trabalhadores,

tornando assim as redes sociais uma ferramenta fundamental para a mobilização.

A percepção de que há uma construção de identidade a partir da comunicação feita aos entregadores e apoiadores, como diz Dubar (2005), é possível perceber que necessariamente há uniformização da pauta política para a categoria, mas há uma compreensão de que a manifestação do agir político nas ruas, onde estes trabalhadores estão é fundamental para dar visibilidade e por consequência ampliar suas vozes. A legenda “certo?”, provoca à sua categoria uma compreensão de que “sim, estamos fazendo política” baseada nas melhorias da condição de trabalho que eles pleiteiam.



Figura SEQ Figura 1* ARABIC 3: Publicação realizada no dia 25 de julho de 2020 no perfil @entregadoresantifascistasmg

Para sensibilizar sua audiência e gerar identificação entre os entregadores, o perfil, @entregadoresantifascistasmg, usa dados de uma pesquisa que diz que 71% dos entregadores são pessoas pretas, tem em média 24 anos, trabalham 14 horas por dia, 7 dias por semana, andam mais de 40 quilômetros e recebem em média 963 reais. A sensibilização está em mostrar que há disparidades entre a quantidade de trabalho e a remuneração – que está abaixo do salário-mínimo estabelecido na Consolidação das Leis Trabalhistas.

Uma das características mais evidentes e emergentes do trabalho mediado por plataformas, já abordado anteriormente, é a desvalorização da mão de obra e, por vezes, o não reconhecimento delas, enquanto trabalhadores, mas como empreendedores. Essa postagem mostra que há uma jornada de trabalho abusiva e uma remuneração insuficiente. Compreender e lutar por outras condições de trabalho é o chamamento para quem quer apoiar, ou aderir à causa dos entregadores por aplicativo.

Outro ponto importante a ser destacado nessa publicação é que ela apresenta um grupo de entregadores, entre eles, Paulo Galo. A imagem dos entregadores com suas bicicletas e mochilas com os punhos cerrados e levantados, fazem referência à luta, resistência e os desafios que a classe está envolvida. As estatísticas apresentadas na publicação propõem ao espectador entregador o entendimento do seu lugar de precarizado e a imagem dos entregadores com punhos cerrados, convida a entrar na luta proposta pelo coletivo. Essa mesma publicação, assim como várias outras, não se dirige apenas à categoria, mas, também, a sensibilização de não entregadores. Desde publicações de “como apoiar a luta dos entregadores”, como nesta que convoca os não entregadores a se revoltar diante da precarização.



Figura SEQ Figura * ARABIC 4: Publicação realizada no dia 1 julho de 2020 no perfil @entregadoresantifascistases

No vídeo publicado no dia 1º de julho de 2020, durante as primeiras manifestações, neste caso, no estado do Espírito Santo, temos uma sequência de motocicletas, bicicletas, entregadores e um congestionamento, são algumas das imagens que podemos ver acompanhadas de gritos, palavras de ordem e buzinas. Com a legenda “Ninguém segura a força do trabalhador”, o vídeo segue com a narração:

“Nós somos entregador, porra! quando nos se junta, quando a massa trabalhadora se junta, é isso ai que nos faz. Nós quer atingir direto a economia. Porque se não for assim eles não tão nem ai pra nós, tá ligado! isso é a força popular, é a força do trabalhador. O ato concluído com sucesso, agora fechando as três ruas só pra simbolizar. Nós somos a força! Nós somos a força!”, disse o entregador.

É importante ressaltar que uma das movimentações mais importantes do movimento #BrequedosApps, foi a atuação do movimento em duas compreensões: os entregadores por aplicativo são uma categoria, tendo em vista que funcionam na lógica dos aplicativos que, como descrito no capítulo anterior, não são empreendedores, não são terceirizados e, tampouco, estão sobre a proteção das leis trabalhistas do país. Nessa mesma linha de entendimento, os entregadores ligados ao movimento se colocam como parte da classe trabalhadora que é maior que a categoria deles.



Figura SEQ Figura * ARABIC 5: Publicação realizada em 3 de julho de 2020 no perfil @entregadoresantifascistasrj

Na categoria sensibilização política, é visível ao longo das postagens uma definição de que há uma luta de classes e ela é reconhecida por este movimento. A compreensão de duas forças em disputa, como diz a imagem do dia 3 de julho de 2020 (Figura 5), enquadra o movimento dos entregadores por aplicativo, em uma tradição de lutas de trabalhadores organizados associados ao espectro político à esquerda.

Com isso, a tradição de valores, associados aos grupos de esquerda e as lutas marxistas, fica presente em grande parte das publicações direta – como esta que vemos acima – ou indiretamente. Portanto, é possível acompanhar nas publicações referências e postagens sobre: luta de classe, como no caso da figura 5, em que o coletivo faz referência entre a relação classe trabalhadora e patrões; mobilização política, como no caso da figura 4, em que são convocados os trabalhadores com a legenda “ninguém segura a força do trabalhador”; luta por direitos e constituição de organização política a partir do trabalho, como na figura 3 em que os entregadores são convocados a partir da identificação com os outros entregadores e a realidade da categoria.

4.4. Solidariedade

Nesta categoria, buscamos entender, a partir dos dados coletados, a conexão de apoio entre entregadores e outras causas sociais relevantes à classe trabalhadora. Ao todo encontramos 19 publicações que se enquadravam como casos de solidariedade. É importante ressaltar que há expressa, pelos entregadores, uma compreensão de que não há luta de classes isolada e, portanto, é preciso entender que o trabalhador está incluído numa classe, além da categoria.

O recebimento de apoio ou o apoio a outras causas, gera o sentimento de pertencimento a algo maior, que, por sua vez, constitui a classe dos trabalhadores e a categoria dos entregadores por aplicativo.



Figura SEQ Figura * ARABIC 6: Publicação realizada no dia 8 de julho de 2020 no perfil *entregadores @antifacistarj*

Nesta publicação, o coletivo, convida os entregadores a realizarem um cadastro *online* para mapear pessoas que tenham sofrido acidentes ou contraído doenças durante seu trabalho. A proposta é gerar uma rede de apoio a estas pessoas e aqui destaco a frase “Solidariedade e paz entre nós”. Como em qualquer categoria, não há uma homogeneidade de posicionamentos. Ao longo das mobilizações do #BrequedosApps foi possível perceber que há distinções de pautas e demandas da categoria, mas essa postagem vem nos mostrar que mesmo com essas diferenças, o grupo quer e entende que o apoio mútuo é uma necessidade frente a precarização ao qual são submetidos.

Assim, como essa, há postagens que disponibilizam apoio jurídico gratuito, psicológico e financeiro, já que além de trabalhadores precarizados, encontramos-nos, enquanto nação, em uma crise política, financeira e sanitária.



Figura SEQ Figura * ARABIC 7: Publicação realizada em 1 de julho de 2020 no perfil @entregadoresantifacistasrj

No dia 1º de julho de 2020, a publicação feita foi a contribuição de um grupo de advogados que prestaram apoio jurídico durante as manifestações. A legenda da imagem diz: “A categoria estará unida na luta por seus direitos!”, aqui a compreensão de que é necessário apoio de outras categorias que entendam a importância e o direito à livre manifestação é fundamental para o desenvolvimento das manifestações e do movimento como um todo.



Figura 7: Publicação realizada em 5 de julho de 2020 no perfil @entregadoresantifacistases



Figura 8: Publicação realizada em 5 de junho de 2020 no perfil @entregadoresantifacistas

Aqui temos duas publicações que remetem ao apoio que os entregadores fizeram à outras causas. A primeira (figura 7) remete-se a uma campanha de doação de agasalho durante o inverno e a outra (figura 8) é uma

declaração de apoio à morte do menino Miguel. O caso refere-se à morte de um garoto na cidade de Tamandaré, no estado de Pernambuco, ao cair do 9º andar. A vítima estava acompanhando sua mãe, enquanto ela fazia faxina na casa do prefeito da cidade. Sob os cuidados da patroa a criança caiu do prédio de luxo, enquanto sua mãe passeava com o cachorro da patroa.

Aqui, os entregadores além de deixarem evidente que há uma distinção entre patrões e empregados, também trazem ao debate a questão racial “digo isso por que acredito, que todas essas inúmeras CRIANÇAS que morreram por conta do racismo, cada uma delas merecia uma revolta diferente, merecia justiça”, diz a legenda, além de também lembrar o caso do George Floyd¹⁹.

O enquadramento da luta anti-racista traz ao debate dos entregadores a compreensão de que a luta de classe também está atravessada pelo fator racial. Na categoria anterior, foi mostrada uma estatística de que 71% dos entregadores são negros e com idade média de 24 anos. Portanto, o entendimento de que é necessário trazer ao debate tais questões é fundamental para o grupo. Trazendo a perspectiva do apoio mútuo e, portanto, solidariedade entre os pares, o que nos mostra o interesse e estratégia de mobilização para além da categoria.

Com isso, podemos perceber que este movimento, também, se entende como participantes de outras causas, como: anti racismo, feminismo e causas das populações de rua que são expressas em outras postagens.

4.5. Justiça

A categoria de justiça, que tem o menor número de postagens catalogadas, ao todo 6 publicações, foi a categoria que encontramos maior dificuldade de propor seu discernimento. Tendo em vista que, por um lado, elas eram apresentadas como uma forma de sensibilizar ao fato de que os entregadores são precarizados e, portanto, desassistidos pelas plataformas, portanto, poderiam se enquadrar na categoria de sensibilização. Por outro,

¹⁹ George Perry Floyd, Jr., um cidadão negro americano, foi vítima de assassinato em Minneapolis em 25 de maio de 2020. Ele foi asfixiado pelo policial branco Derek Chauvin, que pressionou o joelho contra seu pescoço durante uma abordagem relacionada ao suposto uso de uma nota falsificada de vinte dólares em um supermercado. Após esse trágico evento, uma onda de protestos contra o racismo eclodiu nos Estados Unidos e em várias partes do mundo.

muitas vezes, apareceram com o pedido de apoio, ou seja, poderiam ser enquadradas na categoria de solidariedade. O que nos fez optar por colocá-las numa categoria específica é que elas trazem uma motivação de aproximação entre os entregadores pelo não reconhecimento da causa pela qual eles lutam.



Figura SEQ Figura * ARABIC 8: Publicação realizada no dia 1 de julho de 2020 no perfil @entregadoresantifascistases

Esta publicação faz referência a um ataque que os entregadores sofreram durante uma paralisação. Um carro, não respeitando o direito a manifestação, avançou e atingiu dois entregadores. A reação de revolta dos entregadores é mostrada com uma perseguição que resultou no vidro do carro quebrado. A legenda da postagem termina com “não apoiamos a violência, mas, às vezes, ela é apenas a reação”, também é possível ver em um dos comentários na postagem a frase: “as pessoas ficam putas quando veem alguém com coragem de questionar a exploração”

A indignação diante de situações de injustiça é acionada como fator mobilizador para a causa dos entregadores. Aqui, podemos perceber que tanto os entregadores, quanto os não entregadores são acionados para o desenvolvimento do sentimento de revolta. E, como vimos nas outras categorias, esse sentimento de revolta se dá a partir do pano de fundo da luta de classes. O sentido aqui vai além da vingança, mas constitui-se na

perspectiva de luta por direitos, mesmo que para isso seja necessário o uso da força.



Figura SEQ Figura * ARABIC 9: Publicação realizada no dia 15 de julho de 2020 no perfil @entregadoresantifascistasrj

A publicação feita no dia 15 de julho de 2020, é um vídeo no formato de um plantão de notícias, onde são disponibilizados áudios com denúncias de entregadores que estão, aparentemente, à frente de uma possível mobilização no dia 18 de julho de 2020. Entre os áudios mostrados na publicação, destacamos três: “Sem neurose”. Eu quero que o Ifood vá pra casa do caralho. Eu tô de saco cheio. Não quero saber de Ifood, não, mano. Tô cheio de ódio no coração. Vamos parar tudo.” Aqui o interlocutor demonstra uma indignação relacionada à plataforma na qual trabalha, no contexto de que é necessário realizar algo para reverter a situação em que os entregadores se submetem para trabalhar para a empresa.

Seguido desse áudio temos o seguinte diálogo:

“- Recebemos ainda agora uma ameaça do ADM do Ifood. Eles já tão sabendo.
-Eles já tão peidando. entendeu?
- Irmão, a gente já tá incomodando eles com uma força que a galera ainda não tem noção.

Aqui a conversa entre dois entregadores relata que houve uma ameaça vinda dos setores administrativos da empresa Ifood. Enquanto o outro reconhece essa ameaça como um fator decisivo para a consolidação da categoria. O incômodo causado nos administradores da plataforma, para os entregadores, representa uma disputa em que os subordinados estão conseguindo entender seu valor na cadeia produtiva.

A justiça motivada pela revolta, não é uma novidade. Como vimos nos capítulos anteriores, a classe trabalhadora sempre esteve em situação de revolta por melhorias nas condições de trabalho. O movimento estabelecido no #BrequedossApps, dessa forma, apresenta características muito similares aos movimentos de trabalhadores que deram origem aos sindicatos. No entanto, ainda, há peculiaridades que precisam ser levadas em consideração, sobretudo nos contextos de plataformização e mediação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta dissertação se deu em torno da pergunta sobre os valores emitidos pelos entregadores por aplicativo na mobilização política no #BrequedosApps. Entendendo a emergência das questões da precarização do trabalho nas plataformas que extrapolam a categoria dos entregadores por aplicativo, compreendemos que há sinais e/ou chaves de compreensão do que é a organização de trabalhadores nesses contextos, já que a plataformização e a precarização estão cada vez mais presentes na vida dos trabalhadores em todo o mundo.

Os valores que unem os entregadores, explicitados nas categorias deste trabalho: sensibilização política, solidariedade e justiça, aliadas a utilização do manejo entre a utilização das redes sociais, mídia tradicional e manifestações de rua, podem ser decisivas na construção de uma categoria organizada de trabalho.

O #BrequedosApps, foi uma experiência construída em um cenário de diversas crises e mostrou que é possível organizar uma categoria para lutar por direitos desde que haja a geração de identidade, expressas nos valores construídos na comunicação desses trabalhadores.

Há de se considerar que a construção e projeção do Paulo Galo, como uma liderança desse movimento teve impactos positivos no desenvolvimento das mobilizações. Paulo Galo, além de uma formação política à esquerda, ou seja, compreende a luta e militância dos trabalhadores, também apresenta um manejo das linguagens digitais de mobilização. A junção desses dois fatores deu ao movimento um lugar de destaque na disputa de visibilidade midiática, levando os entregadores aos assuntos mais comentados no Brasil, durante suas mobilizações.

As categorias que encontramos durante o desenvolvimento deste trabalho, nos mostram a capacidade dos entregadores, especialmente os Entregadores Antifacistas, uma compreensão do que se trata uma mobilização política. E, no desenvolver das postagens conseguimos perceber um caráter pedagógico dessas mobilizações, afinal, entregadores conseguiram ao longo das mobilizações entender na prática – aqui expressas na categoria de

sensibilização política, solidariedade e justiça, a divergência entre o que é patrão e o que é empregado, o que é e foi fundamental para esses entregadores efetivarem uma política de comunicação e agregação em torno do movimento.

É importante destacar que as peculiaridades contextuais em que se encontram esses trabalhadores pertencentes a uma sociedade plataformizada e midiaticizada, compõem desafios novos. Entender esses sujeitos como uma categoria que, além da especificidade do trabalho, também, há atravessamentos que extrapolam as lógicas já conhecidas dos movimentos dos trabalhadores.

A perspectiva apontada nessa dissertação, buscou um investimento exploratório sobre a realidade desses trabalhadores e suas práticas comunicativas. Pretendeu-se analisar o cenário e as possibilidades de mobilização política nas sociedades plataformizadas e midiaticizadas, como uma forma de encontrar materialidades e lançar novas questões sobre esse fenômeno recente.

A luta dos entregadores no #BrequedosApps nos dá apontamentos sobre a questão da mobilização política, mas, também, nos desperta para lançar novos olhares sobre como a comunicação entre eles pode contribuir para outras causas. Além disso, destaca-se a atuação de personalidades – como Paulo Galo – que apontam para a emergência de novas lideranças no campo político sem deixar de lado lutas já consolidadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R.. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26–56, maio 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 13 de jul. de 2023.

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. IN: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35174327.pdf> . Acesso em: 13 de jul. de 2023.

Brasil. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º mai. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 13 de jul. de 2023.

BACCEGA, Maria. O campo da comunicação. In: (ORG.) BARROS, C; CASTRO, G. **Comunicação e práticas de consumo**. São Paulo: Saraiva, 2007

CASTRO, G. **Comunicação: práticas de consumo**. São Paulo: Saraiva, 2007.
BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da Comunicação. **Revista Verso e Reverso**, São Leopoldo, Brasil, 25(58):62-77, 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924/147>. Acesso em: 13 jun.2023

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRAGA, José L. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (org). **Mediação e Mdiatização**. Salvador: EDUFBA / Compós, 2012.

BORGES, Priscila Moreira. **Trabalhadoras do Brasil, uni-vos: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – uma história escrita sob uma perspectiva de gênero. 2018**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23543>. Acesso em: 5 ago. 2023.

CASAQUI, Vander. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo1. **Galáxia** (São Paulo), p. 44-56, 2015.

CASAQUI, Vander. Estudos da cultura empreendedora no campo da comunicação: macroproposições, narrativas, inspiração. **Galáxia** (São Paulo), p. 55-65, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CAL, Danila; BRITO, Rosaly. **Comunicação, gênero e trabalho doméstico: das reiteraões coloniais à invenção de outros possíveis**. Curitiba: Editora CRV, 2020. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/904/1/Livro_ComunicacaoGeneroTrabalho.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

CAMPOS, A. G. **Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no brasil**. Rio de janeiro: IPEAD, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3513/1/td_2024.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2023.

CHAHAD, J. P. Z. **Reforma Trabalhista de 2017: Mudanças nas Negociações Coletivas e na Organização Sindical**. Informações FIPE. v. 448, p. 7-17, 2018. Disponível em: <<https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif448-7-17.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

COSTA, Ilton Garcia; DE PAULA, Bruna Balthazar. O movimento “a breque dos apps”: plataformas digitais no Brasil e o direito fundamental à greve dos trabalhadores por aplicativos. **Rei-revista estudos institucionais**, v. 9, n. 2, p. 555-580, 2023.

COSTA, Giovana Aiello Soares; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. A liberdade sindical e as práticas antissindicais: um estudo sobre o fracasso da criação de um sindicato de trabalhadores da Amazon no Alabama, EUA. In: GOMIERO, P. **Atualidades da teoria jurídica do trabalho**. São Paulo: Scortecci, 2021CPDOC, Acervo Digital. **Dicionários. Verbetes Temático: Central Única dos Trabalhadores**. Fundação Getúlio Vargas Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dosttrabalhadores-cut>> acesso em: 31 de agosto de 2023.

COGGIOLA, O. OS INÍCIOS DAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1227>. Acesso em: 5 ago. 2023.

COULDRY, N.; HEPP, A. **Conceptualizing mediatization: contexts, traditions, arguments**. *Communication Theory*, v. 23, n. 3, p. 191-201, 2013.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: Editora UFBA, 2020.

DANTAS, M. Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital. **Revista Epict.** v. 16, p. 89- 112, 2014. Disponível em: <http://marcosdantas.com.br/conteudos/wp-content/uploads/2014/07/Maisvalia-2-0.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

DANTAS, M. Internet: praças de mercado sob controle do capital financeiro. In: **LX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2017, Curitiba. Disponível em: http://marcosdantas.com.br/conteudos/wpcontent/uploads/2017/11/Comunica%C3%A7%C3%A3o-2017_modelo_corrigido.pdf Acesso em: 28 out. 2020.

DE FREITAS MUSSI, Ricardo Franklin et al. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 2, p. 414-430, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/41193/32038> Acesso em: 12 dez. 2023.

DUBAR, C. **Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C.. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 351–367, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/zrnhPNJ4DzKqd3Y3nq7mKKH/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 02 de nov de 2020.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEPP, A. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 1, p.

45-64, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82930>. Acesso em: 6 out. 2023.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. La globalización en clave cultural: Una mirada latinoamericana. **Reglones**, 53 , 18-33, 2003 Disponível em: <http://bit.ly/2k03Hde> Acesso em: 12 jun. 2023.

MINTZ, A. G. Miatização e plataformização: aproximações. **Novos Olhares**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 98-109, 2019. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150347. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/150347>. Acesso em: 24 dez. 2023.

NETO, Fausto. Mudanças da Medusa? A enunciação midiaticizada e sua incompletude. FAUSTO NETO, Antônio, GOMES, Pedro Gilberto, BRAGA, José Luiz, FERREIRA, Jairo (orgs.). **Miatização e Processos Sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. **Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13092016-135537/publico/2016_CelsoRamosFigueiredoFilho_VOrig.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

FIGARO, R. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume Editora, 2008a.

FÍGARO, R. Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação e Cidade: entre Meios e Medos. **Novos Olhares**, [S. l.], n. 6, p.

38-51, 2000. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2000.51344. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51344>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FIGARO, R. Atividade de comunicação e de trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2008b. DOI: 10.1590/S1981-77462008000100007. Disponível em: <https://www.tes.epsvj.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1732>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GOETTERT, Jones Dari. **Introdução à história do movimento sindical**. Cuiabá: Sintep, 2014.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal., v **Revista Eptic Online**. 22, n. 1, 2020.

GROHMANN, R.; MAURO, R. O Potencial Teórico do Conceito de Mdiatização e os Estudos sobre Classes Sociais na Comunicação. **Novos Olhares**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 246-257, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2015.85313. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/85313>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GROMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, p. 106 -122, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12188>. Acesso em: 15 set. 2020.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2014.

HJARVARD, Stig. Da Mediação à Miatização: a institucionalização das novas mídias. **Revista Parágrafo**. v. 3 n. 2, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/331/339> Acesso em: 20 dez. 2023.

HJARVARD, S.; LINARES, N. L. Olhando além do campo: o desenvolvimento da agenda de pesquisa da miatização. **MATRIZES**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 91-106, 2016. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v10i1p91-106. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/119465>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MANO A MANO. Conceição Evaristo. Entrevistada: Conceição Evaristo. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. *Podcast*. Spotify: 15 de junho de 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4BnaMQUzUXvDo276bkHs3d>. Acesso em: 25 de fev. 2024.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009. POCHMANN, Marcio. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. Toledo EG, compilador. Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 163-180, 2005.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 2609-2634, 2020.

CIDINHO; DOCA, MALBORO. **Rap da Felicidade**. Rio de Janeiro: Columbia Records, 1994.

PAES LEME, A. C. R. A nuverização do trabalho plataformizado: da captura da cooperação social à limitação de direitos sociais vistos a partir das fases do capitalismo. **REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO SOCIAL**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://rbds.ieprev.com.br/rbds/article/view/130>. Acesso em: 15 out. 2023.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, 2020, p. 02-10. Disponível em <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01/60747734> Acesso em: 20 dez 2023.

SAINSAULIEU, R. **L'Identité au Travail**, Paris: PNSP, 1977.

SAINSAULIEU, R; KIRSCHNER, A. **Sociologia da empresa**: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006
SCHERER-WARREN, ilse, "O caráter dos novos movimentos sociais", in SchererWarren, ilse e Krischke, Paulo J. (org.), **"Uma Revolução no cotidiano"**, Editora Brastliense, São Paulo, 1987.

SOUZA, L. S. de. A midiatização da cultura e da sociedade: Os estudos nórdicos de midiatização e os caminhos para a apropriação brasileira. **Signos do Consumo**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 294-298, 2014. DOI: 10.11606/issn.1984-5057.v6i2p294-298. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/105709>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SENA, E.; SERELLE, M. A emergência de Galo, entregador antifascista: análise de uma entrevista midiática. **RuMoRes**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 42-59, 2022. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2022.200388. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/200388>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SRNICEK, N. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Insular, 2005.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flávia Manuella. Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, p. e22, 2020.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity**. New York: Oxford Press, 2013

VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p13-19. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82928>. Acesso em: 2 jul. 2023.

Victor Piaia, Eurico Matos, Sabrina Almeida, Dalby Dienstbach e Polyana Barboza, “Breque dos Apps”: Uma Análise Temporal de Comunidades e Influenciadores no Debate Público Online no Twitter, **Comunicação e sociedade**. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cs/4927>

WENCESLAU, Evaristo; SCHLEICH, Ingrid. Reflexos históricos e culturais do sindicalismo brasileiro nos movimentos de enfrentamento à precarização do trabalho. In: PINHO, Humberto; CALAINHO, Márcia (org.) **Actas completas jornada virtual internacional em pesquisa científica: direito, justiça e cidadania**. Porto : Editora Cravo, 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Lisboa: presença,2012

WILLIAMS, RAYMOND. você é marxista, não é? IN: WILLIAMS, RAYMOND. **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: Editora Unesp , P. 97-113, 2015.

JORNAIS

1,5 MILHÃO DE ENTREGADORES E MOTORISTAS ESTAVAM NA GIG ECONOMY NO FINAL DE 2021. **IPEA**. 10 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/12169-1-5-milhao-de-entregadores-e-motoristas-estavam-na-gig-economy-no-final-de-2021#:~:text=o%20n%c3%bamero%20de%20pessoas%20nessa,de%20contingente%20durante%20a%20pandemia>. Acesso em 22 de jan. 2024.

CORONAVÍRUS: BRASIL CONFIRMA PRIMEIRO CASO DA DOENÇA. **UNASUS (ONLINE)**. 25 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca> acesso em: 22 de jan. de 2024.

CORONAVÍRUS: VEJA A CRONOLOGIA DA DOENÇA NO BRASIL. **Portal G1**. 06 de abril de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml> acesso em: 22 de jan. de 2024.

Evolução da circulação total. Evolução da circulação impressa. Evolução da circulação digital. **Poder 360**. 1 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/#:~:text=%E2%80%9CO%20Globo%E2%80%9D%20lidera%20no%20digital,tem%20maior%20queda%2C%20segundo%20IVC&text=A%20circula%C3%A7%C3%A3o%20impressa%20dos%20principais,de%20queda%20expressiva%20em%202021>. Acesso em: 22 jan. 2024

Entregadores organizam paralisação e movimento chega a capitais latinas. **Folha de São Paulo**. Caderno Economia. 28 de junho de 2020/1. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/entregadores-organizam-paralisaao-e-movimento-chega-a-capitais-latinas.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Acreditaram na mentira do empreendedorismo, diz líder do Entregadores Antifascistas. **Folha de São Paulo**. Caderno Econômia. 9 de julho de 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/acreditaram-na-mentira-do-empreendedorismo-diz-lider-do-entregadores-antifascistas.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.